



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

**101^a Reunião da Câmara Técnica do Plano
Nacional de Recursos Hídricos - CTPNRH do
Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH.**

Brasília/DF.
23 de Abril de 2018.

(Transcrição *ipsis verbis*)
Empresa ProiXL Estenotípia

1 **A SRª JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Olá.
2 Boa tarde a todos. Vamos dar início a nossa 101ª Reunião da Câmara Técnica
3 do Plano Nacional de Recursos Hídricos. E como é de praxe eu vou pedir a
4 todos que se apresentem rapidamente, não é, colocando o nome e a instituição
5 que está representando. Importante que toda reunião, agora tendo mudado a
6 sistemática de documentação das reuniões, as nossas reuniões terão um
7 resumo de todos os encaminhamentos, não é? E a ata propriamente dita da
8 reunião vai ser a gravação do que for dito em toda a reunião, então vai ser
9 completa, a ata é completa, não é? Então, é muito importante sempre que
10 houver uma manifestação, se identificar, para que a pessoa que estiver
11 fazendo a gravação possa identificar exatamente quem está falando alguma
12 coisa. Então, eu vou passar palavra para a identificação. Mayná, não é?

13
14
15 **A SRA. MAYNÁ COUTINHO DE MORAIS (Prestadoras de Serviço Público**
16 **de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário) –** Mayná, das
17 Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgoto Sanitário.

18
19
20 **O SR. GUILHERME SILVA DE GODOI (MME) –** Boa tarde. Guilherme Godoi,
21 do Ministério de Minas e Energia.

22
23
24 **O SR. RENATO JUNIO CONSTÂNCIO (Concessionárias e Autorizadas de**
25 **Geração Hidrelétrica - ABRAGE) –** Boa tarde. Renato, Concessionárias e
26 Autorizadas de Geração Hidrelétrica - ABRAGE.

27
28
29 **O SR. ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR (CERHI/MG/ES) –** Boa tarde.
30 Antônio, Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo.

31
32
33 **O SR. RICARDO LUIZ MANGABEIRA (CERHI/SP/RJ) –** Boa tarde. Ricardo
34 Luiz Mangabeira, Conselho Estadual de São Paulo e Rio de Janeiro.

35
36
37 **O SR. BRUNO JARDIM (CERHI/PB/BA) –** Boa tarde. Bruno Jardim, sou do
38 INEMA. E aqui estou representando o Conselho Estadual da Bahia.

39
40
41 **A SRª CLAUDIA FERREIRA LIMA (SRHQ) –** Boa tarde. Claudia Lima. Eu sou
42 da Secretaria de Recursos Hídricos, e relatora da CTPNRH.

43
44
45 **O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) –** Boa
46 tarde. Meu nome é João Clímaco, eu sou da representação do FONASC,
47 nessa Câmara.

O SR. VINÍCIUS BARBOSA SALLES DE AZEREDO (Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos) – Boa tarde. Vinícius Azeredo, do Ministério do Planejamento.

A SR^a. LUCIANA FERNANDES (PATRI) – Luciana Fernandes, eu trabalho na Patri Políticas Públicas.

A SR^a. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (CNRH) – Bom, então, boa tarde a todos, não é? A Adriana, ela pediu para que nós pudéssemos fazer uma inversão de pauta, é porque ela está com um problema sério no olho, e precisou ir ao médico agora, o olho completamente vermelho com problema de lente de contato, e se ela puder, ela ainda vem hoje, mas amanhã seria mais garantido que nós deixássemos a apresentação do Plano Nacional, que é o item 4, para amanhã. E aí, se vocês concordarem a gente faz inversão, deixamos o item 4 para amanhã. Todos de acordo? Ok. Então o item 2 da nossa pauta, no item primeiro, é com relação a própria pauta, o item 2 é a aprovação da transcrição, todos receberam a transcrição, e eu pergunto se vocês chegaram a ler, e se tem alguma observação, que houve um pedido para observar, que às vezes ocorre alguma coisinha, não é, em função da compreensão do áudio, não é? Então verificar se está tudo ok, e se gente pode aprovar a transcrição da 100^a Reunião. Se todos estão de acordo, considera-se aprovada a transcrição da 100^a Reunião. E o resumo dos encaminhamentos, todos vocês receberam, não é? Item 3, os informes. Eu passo então a palavra para a CLAUDIA. Pois não.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – Eu peço desculpa, e quando não fizer isso você pode me avisar para fazer. João Clímaco, às suas ordens. Eu sempre falo às suas ordens porque é assim que eu estou. Me diga uma coisa, Presidente, é o seguinte, os fatos que fazem parte da Gestão de Recursos Hídricos, que a gente, de certa forma, tem contribuído para sua gestão, no que diz respeito à gestão das águas, no caso do Paraguai, esses fatos que a gente tem se enfrentado aqui, a Margem Direita do Plano do Rio Doce, Margem Direita do Amazonas, são questões que a gente tem colocado aqui e, de certa forma, é inegável que essa Câmara pautou, e deu alguma contribuição. Mas eu tenho observado que quando a gente sai de um problema, e a gente entra imediatamente em outro, no que diz respeito a esses fatos que a gente discute aqui, por exemplo, aprovamos o Plano, com muita dificuldade e tal, mas acontece que o fato do Plano estar aprovado, gera mais fatos, no que diz respeito à gestão. Então, eu penso o seguinte, que essas questões que são de gestão permanente, e não tem Comitê de Bacia Hidrográfica, haveria de ter sempre uma consulta para a gente atualizar a Câmara sobre a gestão propriamente dita, já que o Conselho Nacional tem um papel nessa área. E aí a gente precisa, já de imediato, após a aprovação do Plano do Paraguai, fazer uma Resolução alterando e dando final do mandato do GAP, e criar um outro GAP, um outro..., tendo em vista que isso era um pressuposto viu, Jussara Presidente, era um pressuposto do

99 processo que chegou a aprovação do Plano. Até porque dentro da própria
100 Resolução, tem um indicativo do futuro comitê, então a gente não pode criar
101 um comitê exatamente igual o GAP, até porque durante o GAP tivemos vários
102 problemas que, de certa forma, a gente resolveu, mas não resolveu tudo, então
103 o processo deve continuar. Então, eu penso que é importante que a gente não
104 tire de pauta essas questões.

105
106
107 **A SR^a. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP)** – Não,
108 inclusive, isso foi uma combinação que nós fizemos, não é? Na última reunião,
109 de que esse assunto voltaria, não é? Vamos deixar a CLAUDIA fazer os
110 informes, eu tenho também informe do que a gente recebeu, inclusive da
111 Débora, então a gente já começa em seguida.

112
113
114 **O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC)** – Sobre
115 a questão do Amazonas eu queria falar. Então, deixa a CLAUDIA falar.

116
117
118 **A SR^a CLAUDIA FERREIRA LIMA (SRHQ)** – CLAUDIA do SRHQ. É a questão
119 dos informes. O primeiro é do Plano do Paraguai, ele foi aprovado na última
120 reunião do Conselho, e agora ele está em tramitação na CONJUR do
121 Ministério. E também tem que ser avisado que está correndo um processo do
122 Ministério Público do Mato Grosso, que também mandou para nós sobre Plano
123 do Paraguai, solicitando a suspensão do licenciamento das hidrelétricas, das
124 pequenas hidrelétricas. E a questão da hidrovía, da hidrovía do Paraguai, eles
125 mandaram Ofício dirigido ao Ministro, pedindo essa suspensão. Até agora a
126 consultoria do ministério fez uma Nota chegando à conclusão que não é
127 competência do ministro do meio ambiente, e do Conselho de Recursos
128 Hídricos, se manifestar sobre essa questão, mas como é um processo, pode
129 ser que tenha outras manifestações, ele deve ter mandado para outros atores.
130 Então no momento sobre o Paraguai é o que eu tenho para informar. E
131 também a questão da moção do CT-Hidro, que também foi aprovado nessa
132 Câmara, ela também foi aprovada no Conselho, e está também no jurídico do
133 MMA, mas provavelmente, ela não vai ter nenhum problema porque é muito
134 mais simples, só não foi aprovado no jurídico por questão de prazos. E por
135 último, a questão do 8º Fórum. Houve participação do Conselho Nacional no 8º
136 Fórum, houve apresentações do Plano Nacional de Recursos Hídricos, houve
137 apresentações das Câmaras Técnicas, foi muito interessante, acho que alguns
138 de vocês participaram, a Jussara também participou, é mais para dizer que nós
139 estivemos presentes, e a ANA provavelmente estará fazendo os extratos das
140 participações e das palestras. É isso que teria de informes. Próximo.

141
142
143 **A SR^a. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP)** – Eu
144 também tenho informes. Alguém tem a palavra? Alguém tem informes? João.

145 **O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC)** – Sobre
146 esse assunto, no que diz respeito ao Paraguai, eu penso que isso são

informações consistentes, que podem ser agregadas ao processo de gestão do Plano, por exemplo, há uma perspectiva de que a justiça cancele e anule, proíba licenciamento de PCHs no Pantanal, e isso é produto de um esforço da região. E por sua vez, nós aprovamos um Plano, que ele já tem na sua essência um parecer que indica que isso não é um processo que está pronto e acabado, que a gente vai ter que retomar essa discussão, não sei se a presidente lembra que isso está bem claro na aprovação do Plano. Então, eu sugiro que esses documentos da decisão judicial, venham a ser incorporados na pauta de discussões da construção e da gestão do Plano, que é um assunto que já está definido no plenário, quer dizer, o Plano deixou em aberto essas questões que está se sucedendo fatos. Queria pedir a colaboração de que esse material fosse encaminhado a ANA, também como parte do processo de gestão do Plano, e que aquilo que foi decidido no Plano, no Conselho, dada a abertura que foi o jogo, que cada um abriu mão de alguma coisa, que a gente continue a discutir. Porque agora com o apoio do próprio Ministério Público, não dá para chegar aqui agentes públicos do Mato Grosso, de uma maneira tão assim, desrespeitosa com a nossa inteligência, ficar falando coisas que não corresponde à verdade, precisamos de ir na justiça para poder a justiça dizer que a gente está fazendo o caminho certo. Então eu queria pedir a colaboração da presidente, nesse sentido. Então agora do Amazonas, eu posso falar? A discussão sobre o Plano de Bacia, a restauração do Plano da margem direita do rio Amazonas, merece também um olhar especial, porque com essa transição da Agência Nacional de Águas, houve um arrefecimento e uma falta de impulso da Agência, em relação a essa questão, ficando assim “ao léu”, e a gente fez um esforço imenso, trouxemos para cá lideranças do Amazonas, um trabalho imenso para chegar até aqui, e esse pessoal está me cobrando qual é a continuidade daquela agenda. Eu acho que está sendo assim muito frias as argumentações, como se essas pessoas não tivessem coração e mentes.

A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) – Eu esqueci, nós temos o item 6 da nossa pauta, não é? Um assunto específico, Arranjo Institucional do Plano da Margem Direita do Amazonas. Mais alguém? Bruno.

O SR. BRUNO JARDIM (CERHI/PB/BA) – Eu queria dar uma informação, que a gente está concluindo lá na Bahia um novo tipo de estudo que, na verdade, ele é o que nós estamos chamando de Plano de Ações Estratégicas de Gestão, a gente começou ele em outubro do ano passado, estamos terminando agora em abril. Ele trata de concentrar suas análises nas questões de aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, então ele faz uma parte do Plano de Bacias, com foco totalmente centrado na questão de identificação das tensões dos níveis de problemas, os conflitos que a gente tem, e estamos vendo qual a melhor forma de organizar a aplicação deste instrumento, com características bem peculiares, em função de cada tipo de problema, tá? Eles têm uma linha geral, uma linha única de percepção do instrumento, mas adaptado a cada tipo de problema, a gente tem acostumado a chamar de afinado o instrumento de acordo com a música que ele precisa tocar em cada

196 tipo de problema, tá? E Isso tem sido uma experiência interessante, acho que
197 foi feito lá, pelo menos na Bahia, nunca tínhamos feito um trabalho concentrado
198 só nesse aspecto do Plano, e tem forçado a gente a pensar muito sobre essa
199 questão, porque quando você faz um plano completo, você acaba que tem
200 muitos investimentos em questão de infraestrutura, e isso envolve muitos
201 recursos, e acaba que o Plano se concentra muito mais nessas questões, e os
202 aspectos de gestão ficam, às vezes, menores no processo, não é? E isso está
203 sendo uma experiência bem interessante, e vamos ver como é que isso vai ser
204 implementado, as dificuldades que nós vamos ter, porque mexe muito nas
205 arrumações internas da casa, mas tem sido bem recepcionado pelos comitês,
206 que a princípio ficaram meio receosos com esse trabalho, achando que se
207 queria fazer um Plano, como eles chamaram lá, um Plano de Bacia genão
208 érico, menor do que o Plano com a intenção simplesmente de querer cobrar
209 pelo uso da água. Mas não é, são duas Bacias extremamente importantes
210 para a gente, a Bacia do Paraguaçu, alimenta a barragem perto do Cavalo, que
211 é responsável por 60% do abastecimento da região metropolitana de Salvador,
212 que está numa outra RPGA. Então, essas duas regiões do planejamento foram
213 estudadas conjuntamente, uma de características bem urbanas, e outra com
214 característica bem rural, com conflitos intensos de irrigação de pequenos
215 produtores, grandes produtores, problemas bem diversificados, e parece que a
216 gente está conseguindo encontrar o modelo de trabalho interessante. A gente
217 pretende, em breve, quem sabe, estar trazendo aqui para apresentar, se os
218 colegas tiverem interesse, para ver como é que foi que esse trabalho se
219 desenvolveu, e receber as contribuições de vocês.

220
221
222 **A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** É
223 Jussara. Complementando então os informes, com relação à questão do
224 Paraguai, dentro dessa linha do que o João colocou, da continuidade, agora
225 que o Plano foi encaminhado. Na última reunião nós acordamos de que nós
226 voltaríamos a tratar da questão do GAP, e que nós aguardaríamos então as
227 propostas, para que a gente pudesse discutir. Então, uma das propostas
228 chegou hoje, não é? A Débora encaminhou hoje, e a gente está aguardando a
229 proposta do próprio GAP, que ficou também de recebermos. Então, eu imagino
230 que isso já pode ser pauta da próxima reunião, inclusive, à medida que a gente
231 receba também mais uma proposta para a gente poder trabalhar e pautar.

232
233
234 **O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) –**
235 Senhora Presidente, eu só queria informar sobre esse assunto que, ainda no
236 período da última Diretoria da ANA, tivemos uma reunião no gabinete do
237 ministro, e a diretora Graziela (...). É Graziela, não é? Gisela. Fizemos uma
238 reunião muito rica, e esses aspectos da nova composição do GAP, isso foi
239 objeto de uma discussão no gabinete do ministro, só que a gente não decidiu
240 nada, fizemos o seguinte, vamos caminhar, mas que esse GAP não vai ser
241 igual ao que era antes, entendeu? A gente tem essa premissa já, falada pela
242 antiga diretora da ANA, como apoiadora, assim, porque é o Conselho, na
243 verdade, que é o ente que dá o tom final da palavra, mas a gente tem já esse
244 espaço, e estamos só avisando isso para poder ter apoio para garantir...

A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) – Ok. Eu acho que podemos passar para o próximo item, então. Mas nós estamos com um problema. E agora?

A SRª CLAUDIA FERREIRA LIMA (SRHQ) – Jussara, e se a gente pegasse, uma ideia... Porque a Adriana teve esse problema, não pode vir, e o representante da ANA ainda não chegou, acho que poderia falar do Conjuntura, e gente poderia dar uma olhada na Resolução do Conjuntura, e começar a analisar, alguma coisa do gênero, eu não sei qual que é a ideia de vocês.

A SRª CLAUDIA FERREIRA LIMA (SRHQ) – Você vai chegar a dar algum informe sobre a Resolução de Prioridades para outorga, como foi?

A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) – Ah sim. Então, esquecemos disso aí...

A SRª CLAUDIA FERREIRA LIMA (SRHQ) – Fala o nome antes.

A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) – Oficialmente, nós ainda não recebemos o retorno da CTIL, estamos aguardando, mas extraoficialmente, não é? A CTIL discutiu a questão da minuta de prioridades, colocando, em função de colocações que foram feitas na reunião da CTIL, de que haveriam pontos, não é, que faltaram, um deles com relação à operacionalização das prioridades, e alguns pontos colocados com relação à questão de institucionalidade e legalidade. Eu não li ainda a minuta do parecer, então não posso falar mais alguma coisa, não é? Mas a Adriana, que estaria aqui, que atualmente está presidindo a CTIL, poderia nos dar uma informação melhor. Está chegando o Sérgio. Que bom.

A SRª CLAUDIA FERREIRA LIMA (SRHQ) – Na Resolução de prioridades da CTIL, a primeira reunião, eles resolveram que não poderia ir para o Conselho, e nem chegou a ir pro Conselho, e houve assim, representantes da própria ANA, que apontaram alguns problemas na Resolução, porque como foi uma Resolução conjunta entre duas Câmaras, a do Plano e a de Outorga, então não foi bem fechado entre as duas Câmaras e, provavelmente, vai voltar para nós para refazer, 99% que vai voltar para nós, que não foi bem fechado, mas antes voltar do que ir para o Conselho, e não...

A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) – Pode falar.

O SR. GUILHERME SILVA DE GODOI (MME) – Eu estive lá na reunião da CTIL, até a pedido da Jussara, para levar o tema em nome da nossa Câmara, da CTPNRH. A Jussara me ligou, e ela não poderia estar presente na reunião, e como era um tema que foi encaminhado pelas duas Câmaras Técnicas, não é, CTPNRH e CTPOAR, eu fui justamente com a missão de levar o tema para a Câmara, e apresentar como foi o processo, o trabalho do grupo de trabalho que foi criado, que trabalhou durante todo o ano de 2017, e elencando os principais pontos que foram discutidos, como foi a estratégia do trabalho, e tudo mais, o envolvimento das pessoas, enfim, eu fui com essa missão de levar esse detalhamento lá, e não entrei (...) E levar como foi aprovado, foi aprovado por grande maioria dos votos das duas Câmaras, com uma abstenção, e um voto contra, enfim, eu fui com essa missão. Só que lá na CTIL, o que a gente observou foi que, primeiro, a ANA, com todo o direito, mas enfim, alguns representantes levaram a discussão do mérito para aquele momento, que na nossa interpretação já não era mais o momento de tratar do mérito daquele trabalho. Aquele trabalho foi feito a várias mãos, em um longo período, enfim, por mais que se tivesse ainda problemas a serem pontuados, pelo menos a minha interpretação, como representante do Minas e Energia, foi a forma de como foi o tratado lá no âmbito da CTIL, no mínimo, foi um desrespeito a essas duas Câmaras Técnicas, CTPNRH e CTPOAR, foram levantadas várias questões, até em relação ao parecer encaminhado da CTPOAR para a CTIL. O representante da ANA que estava lá, falando em nome da CTPOAR, mas pelo que me consta, ele foi minoria, não é, foi o único voto contra, foi a ANA, na aprovação, ele estava lá, e falando em nome da CTPOAR, em alguns momentos eu fui questionado, olha, mas a CTPNRH está falando, e a CTPOAR está falando outra, mas outra da única pessoa que foi voto vencido, e cadê toda a representatividade da Câmara? E aí eu tive que esclarecer isso lá, não estava lá debatendo o mérito, estava lá levando o processo transparente como ele foi, com o envolvimento de quem quis participar, tínhamos nossos representantes do Minas e Energia, o Adão e o Igor, e várias outras pessoas lá que compõem a CTPOAR, alguns da CTPNRH também estavam lá, e puderam ver como foi o embate, eu digo lá na CTIL, não é? Para mim, por mais que este assunto, eu já tenho certeza que ele vai voltar, se ele ainda não voltou é porque ainda faltam alguns trechos a serem comentados, já foi compartilhado aí para todos que estavam lá na reunião da CTIL, os vários comentários aqui no texto da Resolução, me parece que, assim, da forma como veio, com uma série de comentários, enfim, me parece que houve uma abstinência de participação nos momentos que se deveria ter participado, o pessoal deveria ter participado quando estava discutindo o mérito, não é? Levou-se para Câmara, fizemos a reunião conjunta, discutiu-se os pontos, levantou-se questão lá, inclusive, sobre a questão da reunião em foi aprovado, que não havia participação efetiva desse ou daquele representante, mas na própria reunião a gente discutiu isso, e não houve formalização de nenhuma instituição sobre a dificuldade de participar. Então, foi um processo que teve a lisura processual necessária, e claro que deve ser dessa forma, mas da forma como foi tratado lá, eu confesso que para mim, foi um desrespeito com essa Câmara, e com a CTPOAR, no mínimo, foi um desrespeito. Mas, enfim, pontuado alguns

aspectos legais também que foram colocados, e tem que ser considerados, e tudo mais, eu acho que essa Câmara ao receber esse material, no mínimo, tem que fazer uma reflexão sobre a forma de como deve ser conduzido esse tema, se realmente a ANA quer, ou se tem alguma dificuldade de entender esse tema, se tem alguma restrição sobre a Resolução desse tema, que coloque isso durante essas reuniões aqui da CTPOAR, da CTPNRH, e do grupo de trabalho, e não levar lá no âmbito da CTIL, e apresentar, como foi apresentado lá, foi, no mínimo, um desrespeito com essa Câmara. Como você me pediu para eu estar lá, eu não entrei em discussão do mérito lá, eu levei o tema, estive presente no primeiro dia da reunião. E, enfim, só para concluir, esse tema vai voltar, com toda certeza, e o que eu espero é que quando ele volte, as pessoas que tem alguma sugestão a dar, ou alguma contribuição efetiva a dar nesse processo, que participem efetivamente durante a construção da Resolução, e não naquele momento em que não se deveria mais discutir o mérito em si, e sim os aspectos legais e institucionais. É isso.

A SRª CLAUDIA FERREIRA LIMA (SRHQ) – Fala seu nome no final para gravação.

O SR. GUILHERME SILVA DE GODOI (MME) – É Guilherme Godoi, do Ministério de Minas e Energia.

A SRª CLAUDIA FERREIRA LIMA (SRHQ) – Obrigada.

O SR. RENATO JUNIO CONSTÂNCIO (ABRAGE) – Renato, ABRAGE, Concessionárias Autorizadas de Geração. Eu represento a ABRAGE aqui na CTPNRH, e provisoriamente na CTPOAR, e participei do GT. No momento de janeiro para fevereiro, quando ocorreu a reunião, eu estava em férias, a colega Camila quem representou, se fez presente, e eu fiquei pelo computador, pelo zap, direto com ela, a gente discutindo em conjunto com outros colegas. Eu acho assim, talvez para certos tipos de assuntos, quando há uma reunião conjunta, viu, Jussara, acho que isso é importante, faz uma agenda, que coloca assim, a primeira reunião, não, a primeira Câmara numa terça-feira, a conjunta na quarta, e a segunda Câmara na quinta, por exemplo, eu achei que foi meio (...) Para esse assunto, para aquele momento, a conjunta teria que ser após a reunião da CTPOAR, então a reunião da CTPOAR ficou muito confusa, e ela esvaziou, não é? Esvaziou, e isso trabalhou a favor de uma desorganização do tema, a discussão ficou meio desorganizada na CTPOAR. Então, assim, para esse tipo de assunto, talvez a gente tenha que ficar mais atento, não é, a secretaria, não sei quem entre os coordenadores das Câmaras, a conjunta deveria ter sido depois da reunião da CTPOAR, aí a reunião ficou muito confusa, pelo menos foi o que eu interpretei, mesmo estando longe, não sei se o colega concorda, que esteve lá.

O SR. GUILHERME SILVA DE GODOI (MME) – Essa foi, em parte, foi um dos questionamentos colocados lá, mas colocou-se lá até questionamento em relação à validade do parecer da CTPOAR, encaminhado para a CTIL, que a pessoa que foi o voto vencido não concordava com o parecer, e que por aquilo, tinha sido encaminhado de forma atravessada, que ele não pode participar como deveria e tal. Então, isso pegou muito mal, eu me senti mal lá, eu achei que me pareceu que é um trabalho de amadores, um trabalho que foi encaminhado, foi feito aí com um ano, com todo o envolvimento que eu sei que houve de todos aqui, a forma como foi colocado lá, enfim, já me manifestei. É Guilherme Godoi, do MME.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – Meu nome é João Clímaco, e eu faço parte, nosso segmento faz parte, da CTIL. E eu tenho dois olhares aqui, um que é formal e outro que é real. O formal, a gente cumpre uma certa ritualidade, e até para alguns, isso tem até algum sentido, justifica até seu salário, mas para nós, a gente tem que trabalhar com duas dimensões dialeticamente. E eu não vejo, tem horas que me passa uma ideia, que tem umas falas que, ou é ingenuidade, ou é má fé. Porque no ambiente dessa dialética, dos dois sentidos, o formal e o real, o que está em jogo mesmo é uma tentativa de se mudar um preceito que foi decidido no Comitê de Bacia Federal, como se isso fosse legal. E não foi, quer dizer, o Comitê de Bacia do Rio Paranaíba, ele decidiu sobre as prioridades, colocou em pauta uma questão seríssima, que todo Comitê de Bacia deveria fazer, e não faz, porque tem esses problemas congênitos de comitê, não é? Sociedade Civil uma minoria, o governo manda, faz o que quer. Então, a gente tem num cenário como esse, uma certa desarticulação do governo, porque o governo está sentindo pressões por todos os lados, e aí a posição do governo nessa história que você está relatando, foi muito corporativa, parece que ninguém está pensando num governo para o país, um governo para a nação, um governo para interesse público. O ministério acha que pode peitar os outros ministérios, pautar com seus argumentos, e achar, que então o governo está sem rumo, o governo não tem uma diretriz em relação à política de água, que dê sentido às coisas, então cada ministério chega e faz sua festa, e diz que eu sou bom, sou o melhor. Mas o certo é o seguinte, o público precisa de uma diretriz onde a prioridade, e aí o nosso posicionamento em relação a essa questão, o Comitê de Bacia, não só esse, mas os outros, é nosso papel é estimular que eles definam prioridade de uso nas suas Bacias, nós vamos fazer isso. Agora, pode ser qualquer ministério, não só o seu, porque para mim, atualmente nessa atual Conjuntura, é mais um grupo corporativo do que um grupo de interesses, de atores preocupados com interesse público, vai continuar lutando para que os Comitês de Bacia, dentro da lei, da legislação, assumam sua soberania, e defina prioridade de uso, e não tem jeito, isso está na lei. Agora fica este jogo, há mais de ano fica esse jogo querendo mudar uma lei, não vai, a lei é maior, e ela está lá escrita, agora Resoluções, criar Resoluções para desfazer uma lei maior, não existe, então enquanto tiver nessa Conjuntura, de cada um olhar para sua barriga, nós vamos denunciar isso, e vamos enfrentar, se for o caso, como estamos fazendo com o Mato Grosso na justiça, ninguém pode achar que é dono dos rios, do país.

440 **A SR^a. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP)** – Qual
441 é a minha sugestão, não é? De encaminhamento, com relação a isso, na
442 verdade é só um informe, não é? Nós não recebemos oficialmente ainda o
443 retorno da CTIL, e quando nós recebermos, nós vamos nos reunir, e montar
444 uma estratégia de ação. Está anotado viu, Renato, a tua sugestão. A gente vai
445 conversar também com o presidente da CTPOAR, eu acho que a retomada, ela
446 não pode acontecer sem uma reunião conjunta das duas Câmaras, não é, para
447 avaliação de todo o processo. Eu quero registrar aqui a minha interpretação de
448 como as coisas aconteceram, não é? Nosso processo foi absolutamente
449 intenso, todas as discussões foram colocadas, toda vez que nós recebemos
450 algum dissenso, esse dissenso foi amplamente debatido, e nós fizemos um
451 esforço muito grande para não chegarmos na reunião conjunta com dissensos,
452 não é? Então o que aconteceu foi realmente uma surpresa, de chegarem em
453 coisas novas naquele momento, ok, elas chegaram muito tarde nesse
454 processo, então não foi um processo açodado, não foi um processo atropelado,
455 foi um processo bastante cuidadoso. Agora se, realmente, nós temos
456 fragilidades na nossa Resolução, e elas tenham sido apontadas, eu repito, eu
457 ainda não li o parecer, porque a minuta do parecer ainda não li, então eu não
458 posso opinar sobre ela, mas essas coisas existindo, então antes de ir à votação
459 em plenário, e etc., é bom que elas sejam resolvidas antes de chegar lá
460 mesmo, não é? Então, nesse ponto, eu acho que isso pode ser ter sua parte
461 positiva, não é? Então, eu acho que é assim que a gente tem que encarar, se
462 ela voltar, e a chance é de voltar mesmo, não é? Ela voltando, nós vamos
463 encarar muito positivamente, vamos trabalhar em conjunto vamos estabelecer
464 uma estratégia junto com a CTPOAR, e vamos discutir todas essas questões
465 que possam ainda trazer problemas, porque se elas apareceram na CTIL, elas
466 vão aparecer também na plenária e adiante. Então, é isso, eu acho que nosso
467 trabalho vai continuar, e nós vamos continuar com a mesma seriedade, eu
468 acho que é isso aí. Alguém mais gostaria de fazer alguma colocação? Sérgio?

470
471 **O SR. SERGIO AYRIMORAES SOARES (ANA)** – É bem pequeno o espaço,
472 estamos aqui tentando otimizar. É só um breve comentário, assim, numa das
473 colocações, foi colocado uma certa (...) A dúvida da continuidade ou não da
474 ANA. Bom, eu acho que todos me conhecem, Sérgio, superintendente de
475 planejamento da ANA. Alguma dúvida da continuidade da ANA no processo.
476 Não há dúvida nenhuma nesse sentido.

477
478 **O SR. SERGIO AYRIMORAES SOARES (ANA)** – No processo de discussão
479 da Resolução de Prioridades de Outorga, ou seja, a ANA, desde a elaboração
480 dos Planos que ela vem acompanhando, esse é um tema em que a gente tem
481 se debruçado bastante, e cada vez mais fazendo com que os Planos, desde a
482 sua primeira versão se debrucem, e tragam essa temática. Então, não há
483 nenhuma dúvida de que, a exemplo da primeira minuta, e que foi debatida na
484 CTIL, e nessa volta para as Câmaras Técnicas, de que continuaremos aí numa
485 atuação aí junto ao Grupo de Trabalho, e mantendo aí o protagonismo na
486 discussão do tema, então não tenho nenhuma dúvida a esse respeito.

A SR^a. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) – Eu quero aproveitar, e fazer uma colocação, que eu acho que é extremamente importante, não é? A participação da ANA, principalmente do Gonzalo e a equipe, que trabalhou na relatoria, incansáveis, e tudo que eles nos ajudaram na questão de relatoria, foi exatamente o retrato do que acontecia nas nossas reuniões do GT e das reuniões conjuntas. Então eu quero deixar bem explícito esse agradecimento e esse reconhecimento do trabalho que a ANA tem feito junto ao GT, e esperamos (...) Que bom que (...) Ou seja, nós teremos um bom caminho ainda pela frente, um bom trabalho pela frente, eu acredito que nós teremos uma minuta que não deixaremos questões para serem questionadas, o objetivo é uma minuta de consenso, não é? Então eu faço questão de deixar bem colocado esse agradecimento porque foi fundamental a participação da equipe da ANA que trabalhou conosco na relatoria desse processo. Bom pessoal, dando continuidade, não é? O próximo item, então, de discussão (...) Só esclarecendo para os que chegaram depois, nós invertemos a pauta, deixamos a apresentação do Plano Nacional para amanhã, porque a Adriana que faria todo o processo de apresentação, para que a gente pudesse discutir os próximos passos, enfim, aqui na Câmara, ela está com problema de saúde, e não sabe se poderá chegar ainda hoje aqui, ok? Então nós invertemos. E aí, então, eu pediria ao Sérgio, eu passaria a palavra ao Sérgio, para apresentar para nós o relatório de Conjuntura, e em seguida, nós passarmos a discussão desse tema. Nós precisamos dar um parecer, não é, sobre esse relatório, e aí então, nós iremos construir esse processo de construção desse parecer, após a apresentação do Sérgio.

A SR^a CLAUDIA FERREIRA LIMA (SRHQ) – Sérgio, o mais interessante do Conjuntura são os infográficos, estava todo mundo falando bem antes de você chegar, ficou ótimo. Infográfico é muito didático.

O SR. SERGIO AYRIMORAES SOARES (ANA) – Não é nenhum suspense, gente, é só desorganização mesmo, já vou colocar aqui, não sei se todos tiveram (...). Precisa do microfone para gravar? Já está gravando, não é? Não sei se todos tiveram oportunidade de ver, ou de receber o Conjuntura impresso, então essa é a versão, a impressa do relatório 2017. Eu trouxe alguns exemplares para entregar para os membros da Câmara, a Claudia acho que está com alguns exemplares também, não sei se aqui vão ser suficientes para todos, mas se não for, a Claudia complementa. Então, simbolicamente aqui, João, você recebe o primeiro, e aí depois, na sequência, os demais aí (...). Legal. Bom, e aí (...). Então, a publicação impressa. Acredito que todos vocês conheçam um pouco da trajetória do documento, então é um relatório de Conjuntura. Desliga aqui, João. (...) Por uma Resolução do Conselho. E desde 2009, ele tem sido editado e revisado anualmente, não é? Então a primeira edição ficou pronta em 2009, a estrutura e a forma como ele foi montado, é de que a cada quatro anos nós tenhamos um relatório mais complexo, não é, que revisita o estado da arte da Gestão de Recursos Hídricos no país, e nesse intervalo de quatro em quatro anos, o relatório é atualizado pelo que nós chamamos de informes, não é? Então existe um informe anual, não é, que é

feito, então foi feito de 2010, 11 e 12, e em 2013 foi feito um novo relatório, atualizado por informes, 2014, 2015 e 2016. E, nessa última edição, então de 2017, nós fizemos então a edição de um novo relatório, não é? Que visa então, fundamentalmente aí, tratar tanto do estado da arte, não é? Do ponto de vista de quantidade e qualidade da água, dos usos da água, estimativas de balanço hídrico, como também uma avaliação de todo o processo de gestão. Uma questão aí que mudou significativamente aí, não o conteúdo, mas o formato da apresentação do Conjuntura, foi justamente um investimento na sua forma de apresentação dos resultados, não é? Então se a gente for comparar, em termos de conteúdo, é basicamente o mesmo conteúdo que vinha sendo apresentado anteriormente, mas com uma linguagem visual, tentando traduzir, não é, para um público cada vez mais amplo que acessa o Conjuntura as informações sobre quantidade, sobre qualidade, então assim, uma característica bastante marcante dessa mudança de visual, uma que a Claudia comentou, não é? Ou seja, um investimento aí, na questão dos infográficos, desde os infográficos mais complexos que fazem até a abertura de cada capítulo, mas uma série aí de infográficos que apresentam as informações, fazendo com que, por exemplo, se a gente vá percorrer o documento como um todo, eu acho que, praticamente, se não me falha a memória, ele não tem uma tabela, não é? Então um relatório que tradicionalmente se acostumou a apresentar suas informações em tabelas, nós pegamos todas as tabelas, não é? Ou seja, todas as informações são mantidas, mas o que é de essencial? Que informação se quer passar com aquela tabela? E aí se trabalhou a informação, para que ela fosse apresentada numa linguagem aí mais acessível a todos, não é? Então essa foi a ideia básica do Conjuntura. Uma vez entendendo também, que se trata do documento aí, que justamente tem essa finalidade, ou seja, não só ter uma certa prestação de contas do sistema, não é? E aí tem que lembrar que é do sistema, ou seja, ele não é um relatório de atividades da ANA, ele é um relatório que ele tem que apresentar o sistema de gestão de Recursos Hídricos como um todo, mas mais do que um estado da arte, uma certa prestação de contas do sistema, mas que ele, de fato, seja um documento de referência, e seja uma ferramenta de comunicação, até para que um maior número de pessoas entenda exatamente o propósito desse sistema, e por que, e para que, nós fazemos a Gestão de Recursos Hídricos no país. Então, o documento que vocês tem em mãos, eu coloquei aqui, porque a gente pode ir tirando, não é? Eu tenho ele aqui em PDF, a gente pode ir vendo uma ou outra parte dele, caso a gente tenha alguma dúvida, ou queira ressaltar alguma coisa, do ponto de vista aí da discussão, que a Câmara Técnica pretende fazer, mas o que eu acho, a forma mais simples de apresentar rapidamente o seu conteúdo, é usando o próprio hotsite do documento, não é? Então ele está disponível na página da ANA, não é? O *conjuntura.ana.gov.br*. Ele tem aqui, explica o que é o Conjuntura. Ele tem logo na entrada, que eu posso passar aqui (...) nossa Internet, mas ele tem um vídeo explicativo que é didático, bem interessante. E na sequência, a gente passa então, pelos seus diferentes capítulos, fico imaginando que esse aqui é o vídeo.

(Vídeo)

O SR. SERGIO AYRIMORAES SOARES (ANA) – Bem curto, bem curto, mas eu acho que ele dá um pouco desse panorama. E aí, nesse mesmo *hotsite*, onde a gente pode fazer um *download*. Então, ele está dividido nos mesmos capítulos no qual foi organizada a publicação, não é? Então, nós começamos, o primeiro capítulo é o capítulo do ciclo da água, não é? E nós, propositadamente, quisemos chamar essa introdução aí, do ciclo da água, justamente para tentar passar para o leitor esse conceito que é fundamental, ou seja, por que que a gente está falando disso, não é? Por que existe uma Gestão de Recursos Hídricos? Ou seja, por que é importante para o cidadão, para todos nós, não é, que militamos aí no setor? O que isso está relacionado com o meu dia a dia, não é? E por que cuidar da água é importante, não é? Então, a ideia foi trazer algo que a gente aprende na escola, não é? Desde o princípio, que é algo assim que é muito intuitivo, que é o ciclo da água, e através da explicação aí, desse ciclo da água, aí trazendo então, essas informações mais básicas, então tem aí os grandes números de precipitação, vapotranspiração, quanto recebemos de cada país, quanto sai do Brasil para outros países que estão a juzante, qual a estimativa de água subterrânea de vazão geral. Então grandes números que estão, na verdade, nesse infográfico de entrada, que dá essa importância da água na nossa vida. O capítulo seguinte, não é? Aí já é um capítulo que apresenta os dados de situação aí, mais tradicionais, não é, tanto de quantidade, quanto de qualidade, e aqui uma questão que é importante, não é? Que é básica para os hidrólogos, para todos os estudos, e para todas as tomadas de decisão que temos aí no nosso sistema, que é a questão do monitoramento, não é? Ou seja, que é a base de informação para que a gente possa a seguir em frente, não é? Então tem toda uma explicação aqui desse monitoramento, tanto do ponto de vista de quantidade quanto do ponto de vista de qualidade, a importância das salas de situação, por exemplo, as diferentes formas que nós temos hoje de acessar e de fazer esse monitoramento, seja medindo efetivamente, seja interpretando esses dados, como é a questão aí do monitoramento por satélite, e algumas estimativas que nós temos, por exemplo, no caso das fontes poluidoras. E aqui também, consta do infográfico, alguns grandes números, não é, em termos de reservatórios monitorados, número de estações salas de situação, quantos pontos de monitoramento. A cada capítulo que a gente acessa, a gente pode fazer o *download*, tanto do capítulo, que aí passa a ser um *download* mais leve, como da publicação como um todo também se quiser, que está acessível. Então, em conhecendo a quantidade e a qualidade da água, não é, nos seus diferentes formatos, nós passamos para a questão dos usos, não é? O capítulo seguinte então do Conjuntura é o capítulo dos usos, não é? E aí então nós damos um panorama então, desde usos não consultivos, não é, como por exemplo, a questão do turismo e lazer, navegação, até usos mais tradicionais aí, como o uso da água para irrigação, o uso da água para o abastecimento das cidades e, conseqüentemente depois, o uso da água para a diluição desses efluentes urbanos, não é? O abastecimento animal, o uso na indústria, geração de energia, e eu tenho tanto a água gerada aqui, por meio das hidrelétricas, como também a água que é necessária aí, para abastecer as termoeletricas. Então, tem todo um balanço aí, desses diferentes usos, e aí, alguns grandes números também que constam desse infográfico. Na sequência, então, já falamos de quantidade e qualidade, já falamos dos

diferentes usos que se faz dessa água. E aí passamos para o capítulo gestão, que é justamente (...). Bom, como é que nós gerenciamos essa quantidade, essa qualidade e esses usos, não é? Então, o capítulo gestão da água, é o capítulo que trata mais propriamente do nosso sistema, não é? Então, onde são apresentados aí os dados sobre os Comitês de Bacias, sobre as Agências de Água, onde é explicado a questão da dupla dominialidade, e onde nós fazemos um balanço também da questão dos instrumentos, não é? A quantas anda, os nossos instrumentos. Sempre atento aí, às duas visões, não é? O que eu estou chamando de duas visões? Tanto os recortes por Unidade da Federação, então, em algum momento, ou em alguns momentos, o recorte Unidade da Federação, ele é importante para explicar, por exemplo, a questão das outorgas, Plano Nacional versus Planos Estaduais, fiscalização, etc. Por outro lado, e eu acho que é um dos infográficos assim que eu considero, pelo menos, particularmente, mais interessantes, que é o que retrata, por exemplo, o avanço da gestão nas Bacias, não é? Vou até botar aqui ele na tela, porque realmente ele foi, assim, um certo esforço de concepção. Mas que com a ideia que, justamente, eu acho que essa é uma das principais missões aí da Câmara, que é o acompanhamento da evolução da gestão nas diferentes Bacias. O arquivo é um pouquinho pesado, mas já já ele responde. Então, cada capítulo, ele tem uma identidade de cor, também, não é? Que vai (...). A gente sai ali do amarelinho, os usos da água aqui em azul. E aí, se eu não me engano, aqui é onde eu quero chegar, já é uma tonalidade aí mais (...). Um lilás (...). Aqui é da gestão da água. Mas o infográfico que eu estou me referindo (...). Deixa eu chegar nele aqui (...) Não, é um depois aí, vai ser 112, a página 112, se vocês puderem ver aí, eu vou botar na tela. Mas é um que eu acho que ficou bastante interessante, não é? Em vez de você ter páginas e páginas explicando cada Bacia etc., porque a ideia é de você construir essa linha do tempo, não é? Sobre a implementação justamente dos instrumentos em cada Bacia. E aí você vai tendo um pouco da noção desse ritmo, você percebe que algumas Bacias caminham de forma um pouco mais acelerada, outras (...). Poxa, mas um Comitê foi instalado há tanto tempo, a Bacia ainda não tem nem Plano, ou tem Plano, quer dizer, ainda nem conseguiu discutir a cobrança. Então a gente vai vendo aqui, Bacia, Bacia. Essas aqui são as Bacias com rios de domínio da União, não é? Então nós vamos vendo aqui a evolução de cada uma. Se a gente pegar aqui, por exemplo, eu vi que vocês já comentaram no princípio. E aqui a gente não tinha ainda a elaboração, a aprovação no âmbito do Conselho, não é? Mas tem aqui o próprio (...). Bacia do Paraguai, não é? A criação aqui do Grupo de Acompanhamento do Plano, início da elaboração do Plano. E aqui na próxima atualização do Conjuntura, a gente já fecha esse circuito aí, já com um Plano aprovado em 2018. Pois não. Claro.

O SR DANIEL MARTINELLI DUARTE (SRHQ) – Estações de monitoramento, inclusive...

O SR. SERGIO AYRIMORAES SOARES (ANA) – Sim, sim.

O SR. SERGIO AYRIMORAES SOARES (ANA) – Então, bom, deixa eu voltar aqui para o para o *hotsite*. Estava aqui, não é? Bom, então nós temos a gestão do uso da água. Como é um balanço um Conjuntura que reflete, para alguns temas, ele até traz uma perspectiva histórica mais ampla, mas principalmente, ele tinha que se debruçar sobre os últimos quatro anos, não é? Então tem uma (...). Diante dos diversos episódios de crise hídrica aí, que nós passamos, então ele traz aí um capítulo especial aí, de discussão da crise hídrica nas diversas partes do nosso território. Então, a gente já percebe que aquela Bacia em que as coisas estavam caminhando, e sob controle, não é? Esse infográfico aqui, nós já temos aí, açudes eutrofizados, usos suspensos, o abastecimento emergencial, carro-pipa, a hidrelétrica quase sem funcionar, porque não tinha água, uma termelétrica aqui a todo vapor. Então nós temos aí uma situação, de fato, de crise, retratada no infográfico, não é? E discutida ao longo do capítulo, não é? Talvez uma figurinha que, aos que acompanham o Jornal Nacional, por exemplo, tem sido utilizada com bastante frequência para discutir crise hídrica, por exemplo, só dando um exemplo, é esse infográfico aqui da (...). Deixa eu tentar achá-lo, ele tem um balanço hídrico, se não me engano, é nessa página aqui (...) Isso, é esse aqui. Ou seja, mostrando, que de fato (...). Apareceu também no vídeo, não é? Que a crise, ela é cíclica, não é? E ela tem (...). Em alguns territórios, ela se mantém, como é o caso do Semiárido, e em outras Bacias, ela aconteceu, e já foi, de certa forma, contornado. E o passo a passo aqui visou, justamente também, fazer uma reflexão, não é? E apontar, enfim, todos os episódios nos mostraram isso, e que nós termos, de fato, uma ausência de chuva, é o catalisador, não é? É aquele momento mais (...). Eu tenho uma série de ações prévias, não é, que vão desencadeando, vão tornando uma Bacia ou uma região, mais suscetível à crise, não é? A Bacia que não tem uso nenhum, ou que não está aí no seu limite, em termos de balanço hídrico, o fato de não chover, ou de chover muito menos do que o histórico, não vai gerar uma crise, até porque eu não tenho ali um conflito, nem tenho ali uma questão, um equilíbrio delicado entre a oferta e a demanda. A crise, ela vai surgir, não é? Ou seja, a ausência de chuva, ela acaba impactando muito mais naquelas Bacias onde, de fato ali, eu já estou próximo, não é, eu já estou ali, trabalhando ali com um equilíbrio entre oferta e demanda, muito mais frágil, ou muito mais tênue. Ainda, então, o capítulo, ele discute bastante disso, não é? E, na sequência, deixa eu voltar aqui para o *hotsite*. O último capítulo, o capítulo que traz as lições e desafios, não é? Ele, propositadamente, ele apesar de dar algumas pistas do que vem sendo discutido, e uma parte dessas discussões, inclusive, são discussões que tem sido aí levantadas, e enfrentadas pelo próprio Conselho, não é? Ele é um capítulo que aponta para algumas direções, não é exaustivo, nem abre demais aí essas (...). Se não, eu viro um outro Conjuntura, não é? Aí, já seria um Conjuntura muito mais prospectivo e menos analítico, não é? Então, ele basicamente faz aí, nesse capítulo final, um mapeamento desses diversos temas e discussões aí, que tem sido (...). Que tem sido aí discutido, seja por estudos específicos, seja no âmbito do próprio Conselho, tentando aí organizar um pouco dessa agenda dos próximos anos, então encerrando aí o capítulo, o capítulo final. Bom, em linhas gerais assim, é só para dar um panorama, produto impresso, com vocês, ou seja, a riqueza aí de informações, de cada

tema, ela é muito grande. Então assim, eu nem me arrisquei a fazer uma apresentação com (...). Porque eu acho que aí, senão realmente a gente gastaria aí, e talvez não atendesse ao foco da discussão. Então eu acho que, com o produto aqui aberto, com o site etc., talvez, à medida que forem tendo alguns questionamentos, ou algumas dúvidas, algumas questões aí a levantar, a gente pode ir mostrando, pode ir discutindo, e apresentando. Mas, em linhas gerais então, essa foi a ideia, fazer então esses capítulos, manter esses capítulos temáticos, não é? E tentando apresentar o mesmo conjunto de informações, que já estava disponível nas edições anteriores do Conjuntura, manter, trazer outras informações, e apresentá-las num formato mais amigável, e que a gente acha que consegue atingir a um público maior, não é? Então essa foi basicamente a ideia aí do Conjuntura.

A SR^a. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) – Muito obrigada, Sérgio, pela apresentação. Eu já tive a oportunidade de folhear o relatório, tive oportunidade de dar uma navegada, e (...). Não só a minha impressão, mas de todas as pessoas que eu tenho falado, e tenho divulgado, não é? Esse Conjuntura. Inclusive, para os alunos da pós-graduação e da graduação. É de que realmente o objetivo de fazer uma boa comunicação, de facilitar a compreensão de todas essas questões, eu acho que esse objetivo está muito bem encaminhado, não é? Eu acho que (...). Acredito, inclusive, que da forma como está, a informação está acessível, inclusive para a ampla comunidade dos colégios, não é, das escolas, para que os nossos jovens possam já fazer uso dessa informação. Eu já uso o relatório de Conjuntura já no seu formato anterior, como o meu livro texto na pós-graduação, não é? Já faz tempo. E na graduação também, eu faço a gurizada fazer uma leitura, alguns seminários, não é? Porque é o retrato do Brasil, e aonde a gente vai, eu tenho (...). Eu acho que é um avanço espetacular esse relatório, e eu quero parabenizar porque esse formato, realmente, ele vai facilitar muito. E a outra grande vantagem que eu notei, não é, desse formato, é com relação aos *links*. Então o relatório, ele ficou leve, não é? Com a densidade de informações muito bacana, não é? Esses infográficos, eles traduzem páginas e páginas de texto, não é? Mas, além disso, todo aquele que tiver a curiosidade, os *links* levam às informações mais detalhadas, aos dados, aqueles que têm (...). Aqueles que precisam de uma informação com maior precisão. Então isso também facilitou a busca da informação, porque antes a gente (...). Não, o IBGE aqui, ali (...). Não, agora a gente tem um atalho, não é? Mais organizado, desse conjunto de informações. Ok.

O SR. SERGIO AYRIMORAES SOARES (ANA) – Eu tinha esquecido de chamar atenção para esse detalhe, não é? Então assim, essa foi uma opção de diagramação, não é? De edição gráfica. Então, dá para perceber, no documento impresso, que nós deixamos, propositadamente, não é? Ela foi feita uma formatação de forma a deixar as colunas externas das páginas, como um espaço vazio. Espaço vazio a ser preenchido, à medida que se tinha a necessidade de apresentar uma informação complementar, de forma que essa informação complementar não retirasse a fluidez do texto. E para aqueles que,

ou não querem saber, ou não precisam saber, já dominam aquela informação, eles não precisam perder, não é? Ou tirar a fluidez do texto com aquela informação. Então, questões aí, que necessitavam no decorrer do texto de alguma informação complementar, então elas estão explicadas nesse espaço vazio. E quando nós tínhamos, ou queríamos remeter a um site, uma publicação, uma fonte de dados complementar, que também não fazia sentido reproduzi-la integralmente no documento, então tem os *links*, não é? Como a Jussara colocou. Então, todos eles vão para um *site*, e aí ele acessa diretamente aquela informação, não é? *Link* é sempre um desafio, não é? Porque, às vezes, os *sites* são um pouquinho dinâmicos. Mesmo dinâmicos, se são *sites* mais bem estruturados, eles preservam o caminho original, então você consegue chegar lá, e acessar lá. Mas é aquela história, você também não consegue controlar *sites* nem publicações de terceiros, então um ou outro *link* pode ser que, ao longo aí do documento, ele vai sendo corrompido. Mas assim, como tem a informação lá, também facilmente, se o *link* não funciona direto, você consegue colocar no *Google* novamente, por exemplo, e achar aquele *site* onde está aquela referência. E também é uma preocupação que a gente vai, nas atualizações do Conjuntura também, atualizando esses *hiperlinks*, e tal. Então, acho que cada vez mais a nossa informação está na nuvem, não é? Está na (...). Está nos sistemas de informação. Então, também, não faz sentido a gente investir num formato enciclopédico, em que tudo tem que estar ali, na versão impressa, etc., não é? Eu acho que ela tem é que dar o Caminho das Pedras, ou seja, falar o essencial, e dar o Caminho das Pedras, para que a gente vá acessando as informações. Então só, realmente, essa foi uma das (...). Além da questão da infografia, essa realmente foi uma questão aí, bastante perseguida, não é? Uma das características de fato, que a Jussara lembrou bem aí, de falar assim, que é justamente deixar o texto mais leve, preencher esses espaços vazios com informação adicional e, quando fosse o caso, também colocar os devidos *links*.

A SRª CLAUDIA FERREIRA LIMA (SRHQ) –. Então, é interessante que a geração nova, eles não conseguem ler muito texto, e eles são muito imediatistas. E como é infográfico, a gente tem que pensar no novo mundo, não é? A informação tem que ser imediata, ninguém lê textos grandes, e quem quiser ler, pega o *link* e lê. Mas ficou muito legal.

O SR. GUILHERME SILVA DE GODOI (MME) – Gostaria de parabenizar, Sérgio, não quero ser redundante com o que todos já falaram, e realmente eu me surpreendi positivamente agora. Não tinha visto ainda, o relatório, comecei a folhear ele aqui. E confesso que continuei folheando enquanto você falava, porque era tanta informação interessante que fui vendo, e com certeza, quero dar uma lida com mais calma. Eu acho que esse formato de tornar o texto mais fluido, e colocar as observações no canto ali, para mim, é excepcional, que você traz muita informação, e atrai atenção. Eu acho que é um material que deveria ser divulgado em todas as instâncias do ensino, desde o ensino fundamental, médio, superior. Tem muita informação interessante aí, que esclarecia (...). Eu folhee aqui um pouco da parte que fala um pouco das

hidrelétricas, e rapidamente assim, você vê assim alguns conceitos bem interessantes sobre o tema, não é? Que é mais da minha área. E que muitas vezes as pessoas não conhecem, e tudo mais. Acho que vale a pena aí, para todos que trabalham nessa área de Recursos Hídricos folhear o documento e aprofundar aí. Parabéns.

O SR. RICARDO LUIZ MANGABEIRA (CERHI/SP/RJ) – Ricardo, Conselho Estadual de Recursos Hídricos São Paulo. Queria parabenizar o trabalho. Está gravando? Está. E chamar atenção para a questão do *link* das informações, com os objetivos de desenvolvimento sustentável. Quer dizer, além do retrato do Brasil, eu notei que o documento que fez esse *link*, dos objetivos da ONU, isso é um avanço. E a questão da apresentação das informações, não é? O infográfico, ele permite uma navegação, se a gente pode dizer assim, do texto, mais unidirecional, não é? Então, você abre o texto, e você navega pelo gráfico, ou pelas anotações nas laterais, ou as informações do gráfico, então permite uma leitura mais tranquila do texto. E perdeu aquele caráter de estudo científico, com muitas notas, referências bibliográficas, notei que isso não aparece aqui no texto. E, com certeza, isso é um avanço para conseguir público, não é? Que entenda o documento. Parabéns.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – Eu e a nossa presidenta estamos num estado de simbiose, integração espiritual tão grande, porque ela só fala por pensamento, e eu já adivinho, não é, presidente? Eu espero que a gente consiga evoluir mais. É o seguinte, Sérgio, eu não vou deixar de me manifestar porque todas as vezes que veio essa experiência, eu fui muito incisivo em dizer que nos (...). Porque os outros relatórios (...). Eu não li o relatório ainda, tive folheando agora. E nos outros relatórios, eu me ressentia de que eles eram (...). Isso que já foi falado aqui. E, pelo fato de eu ser do âmbito das Ciências Sociais, eu achava muito pobre no que diz respeito a aspectos, desafios institucionais do sistema. O sistema tem lacunas imensas de insuficiência na questão institucional. Quer dizer, a insuficiência da institucionalidade que a gente criou, pra gerar água no Brasil, gerenciar a água do país, ela é muito visível. E, ao mesmo tempo, ela denuncia que coisas são fora da esfera, assim, aparentemente visível de tomadas de decisão, assim tão simples. Não, tem coisas que diz respeito até a gerência do próprio modelo dos estados brasileiros, tem uma reflexão mais profunda. Mesmo assim, eu sempre entendi que o relatório deveria apontar essas possibilidades e limites. Num folhear mais rápido, eu vi no Capítulo 4 e 5, que este viés já foi (...), não vamos dizer assim, mas (...) É, deu uma arrumada, deu entrada nessa linha, os problemas, na verdade, são desafios, e esse último capítulo, ele dá essa leitura. Mas nem de longe está abordando coisas que são cientificamente prováveis. Por que não aparece aí a quantidade de conflitos que a gente tem acontecendo, assim, de maneira tão expressiva? E o conflito, precisa ser caracterizado, não é? Eu acho que deve ser difícil para a ANA identificar o que é conflito, ou eles tem uma plataforma, ou um paradigma, para dizer o que é conflito de uso. Mas pode ser que, para outras ciências, o conflito de uso, ele tem um outro olhar, ele tem uma forma diferente de ver, por

exemplo, quando você pode ter um sistema funcionando muito corretamente, todo mundo cumprindo o seu papel, mas ele está ali legitimando um conflito, ou então está subestimando ou fazendo uma nuvem sobre o conflito. Minas Gerais é fera nesse tipo de coisa, sabe? Então, o olhar das Ciências Sociais, ele vai, além disso, aí, ele vai além, nesse campo. E aí, eu penso que um dia a ANA vai ter a satisfação de ver que esse tipo de olhar de observação, e de explanação (...). Ela vai ser muito educativa, didática, para todo mundo que quer entender a Gestão de Água do Brasil. Mas mesmo assim, eu digo que contemplou essa preocupação nossa. Mas ela também sabe, no próximo livro a gente vai avançar nisso. Contrata uma equipe de sociólogos para lá dentro, você só tem engenheiro, você vai ver que isso vai ser mudado, viu? Mas, está bom, vindo nessa linha eu me sentiria feliz em abrir o relatório e ver essas contradições institucionais, não é? Existe. E, outra coisa, eu acho que não deveria, não sei se foi feito isso, mas esse relatório não deve ser feito para legitimar a proposta do legado. Entendeu? Quer dizer (...). Aqui, eu, por exemplo, não concordo com esse tal Conselho de Gestão de Problemas Hídricos, não sei, um Conselho que foi proposto no legado aí, de uma Comissão (...). Não tem isso? Eu acho que teve uma breve situação disso aqui, eu acho que a proposta do legado, em que pese ser uma proposta que teve um papel muito importante na área de licitação de água, não deveria ser objeto de debate a partir disso, então (...).

O SR. SERGIO AYRIMORAES SOARES (ANA) – Nesse aspecto, inclusive, a gente teve bastante cuidado, foi um pouco do que eu comentei do último capítulo, de fazer um levantamento dessas diferentes iniciativas, e o legado acaba sendo uma delas, não é? Nós temos outras, não é? Que questionam, e que apontam fragilidades do sistema, como nas suas diferentes aí vertentes, desde a sua organização, quanto dos seus próprios instrumentos, como da sua efetividade, na resolução de conflitos, e etc. E, como eu comentei, se nós fossemos fazer um julgamento de mérito, e emitir uma avaliação dessas, aí faríamos um outro Conjuntura, não é? Que eu acho até necessário, mas para além do documento, não é? Então o documento, ele procurou, justamente, encerrar, mostrando que existe, e que esse debate, ele é necessário, que ele não se encerra nessas poucas, eu diria, até propostas que estão na mesa, não é? Eu acho assim, tem reflexões, muito..., reflexões necessárias, muito profundas, assim, que esses documentos, ou essas iniciativas, seja a Equipe OCDE, que trabalhou, sejam iniciativas dos estados, sejam iniciativas dentro do próprio Conselho, seja o legado, que é uma delas, eu acho que captura, muitas vezes, uma parte, captura o todo, captura, muitas vezes até, as divergências de opinião. E aí passa a ser um desafio que a gente tem, e que está colocado dessa forma, nos próximos anos, é que, de fato, esses aperfeiçoamentos, e esses desafios, eles também não fiquem só no papel, não é? Ou seja, não adianta só o registro de que precisamos melhorar e aperfeiçoar. Eu acho que aí, o grande nosso desafio, e aqui enquanto Conselho, enquanto Câmara Técnica de Planejamento, não é? Até porque eu acho que, essa é uma questão de fundo aí, não é, Jussara? Eu acho assim, há bastante tempo, ela deixou de ser a Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos, é assim, o nomezinho dela ainda é esse, mas ela é basicamente uma Câmara Técnica de

Planejamento, e até por representar aí a área de planejamento, a gente acredita muito no planejamento, a gente acha que sim, as coisas têm que sair com a devida maturação, com o devido planejamento, e etc., sem que elas sejam, muitas vezes, decididas pelo tomador de decisão da vez, ou decididas pela necessidade de uns em detrimento de outros. Não, elas têm que ter, lógico, elas têm que ter estudo, elas têm que ter lastro, e aí, acho que o caminho é esse, é que a gente dê o devido lastro, dê o devido embasamento, a esses aperfeiçoamentos aí, que são extremamente necessários. Mas, de fato, acho que era uma dificuldade capturar isso, acho que a gente começou a conseguir capturar, não é? Você abordou um ponto interessante, a proposta foi ser inovadora na comunicação, foi ser simples, de certa forma, ao tentar buscar a simplicidade na apresentação, e foi também, a de buscar ser mais analítico, ser mais analítico é apresentar as virtudes, mas é apresentar os defeitos também. Até porque eles precisam ser explicitados, para que a gente consiga avançar, não é? Então, a idéia é essa, não foi só aquela apresentação do dado, sem que a gente emitisse, ou buscasse aí um juízo de valor sobre eles. Então, tem esse juízo de valor, que deve ser aprimorado, não é? Eu acho que com equipes aí, talvez não só de sociólogos, mas a gente tem essa convicção de que com equipes cada vez mais multidisciplinares, não é? Então acho que essa aí é (...). Se no passado, a gente tem a (...), até porque, a gente não muda o histórico. Diz que do Brasil a gente muda, não é? Mas, enfim, a gente se esforça a não mudar o histórico. Realmente foi aí uma gestão construída, eu não vou dizer que, exclusivamente, por engenheiros, mas muito a partir da cabeça de engenheiros. E hoje, pelo menos na ANA, e aqui no Conselho também, a gente já vê aí que a diversidade aí de profissional, não é? Prova disso é o Conjuntura aí, que tem aí uma contribuição do (...). Chegou lá apresentando para vocês, quem não conhece, aí, o Marcos Furcner, lá da equipe de Superintendência de Planejamento, foi um dos coordenadores aí desse processo, que foi um processo longo de construção desse Conjuntura, não é? Porque até você conseguir os profissionais adequados, que entendam do que você está falando, e que ajudem nessa construção desses (...). De cada desenho desse. Então, quase que é um trabalho manual mesmo, tem (...). É totalmente digital, não é? Então, realmente, consumiu aí um volume de horas bastante significativo lá, de toda a equipe, mas, particularmente aí do Marcos, geógrafo, então já não é um engenheiro, não é? Eu acho que é por aí, enfim, acho que a gente também, a gente ficou satisfeito com o resultado, mas sabe que, na verdade, isso são mudanças, e toda mudança agora, tem que fazer com que a gente, a partir dessa mudança de patamar procure o próximo. Acho que esse é o plano.

A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –
Sérgio, deixa eu aproveitar (...) É Jussara. Deixa eu aproveitar, fazer duas perguntas. Uma refere-se a uma das preocupações (...). Quando a gente montou, e trabalhou no parecer anterior, uma das grandes preocupações aí, que surgiu, que gente viu que era uma das dificuldades, era conseguir as informações, a nível de estados. Como é que foi esse processo. Qual é a tua visão, hoje, de evolução disso, nesse relatório. E a segunda pergunta é a seguinte, como a nossa Resolução dá o parecer do relatório, cento e oitenta

dias após a publicação, não após a entrega para nós, mas após a publicação, qual seria a data que foi realmente, que a gente pode considerar como publicada, para a gente estabelecer aqui o nosso prazo interno aqui de trabalho, nossa agenda de trabalho.

O SR. SERGIO AYRIMORAES SOARES (ANA) – Começar pela segunda. O Conjuntura, ele não teve um evento de lançamento, não é? Então, considerar como data de publicação. Assim, nós temos aí (...). É um pouco, eu diria a gosto do freguês aí. Assim, a gente tem algumas (...). Por exemplo, assim, onde ele foi divulgado, a primeira vez? Ele foi divulgado, a primeira vez, ou seja, distribuído em sua forma impressa, no Prêmio ANA. Isso. Então, Prêmio ANA. Se não me engano, foi 06 de dezembro. 06 de dezembro, do ano passado, foi feita a primeira divulgação, foi anunciado, não é? Na solenidade. Aqui, olha, ele está pronto. Foi mostrado, se eu não me engano, vídeo, ou nem foi mostrado vídeo, não é? É. Mas foi a primeira divulgação impressa. Então, se quiser...

A SR^a. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) – Mas ele já existia impresso, o volume? Não. Ele foi informado.

O SR. SERGIO AYRIMORAES SOARES (ANA) – Já existia impresso. Não, ele foi distribuído no Prêmio ANA, no dia 06 de dezembro de 2017.

A SR^a. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) – Isso aí nos dá cento e oitenta dias, não é?

O SR. SERGIO AYRIMORAES SOARES (ANA) – Pode. E, assim, ele foi agora..., ele foi informado, e divulgado, no âmbito do Conselho, na última reunião em março, então, fim.

A SR^a CLAUDIA FERREIRA LIMA (SRHQ) – Eu fiquei com a mesma... Eu fiquei com a mesma dúvida da Jussara. E, no *site* de vocês, está publicado em janeiro. Como eu achei..., eu falei assim..., está escrito, publicado em janeiro.

O SR. SERGIO AYRIMORAES SOARES (ANA) – É que assim, a gente pode considerar o Prêmio ANA como um certo...

A SR^a CLAUDIA FERREIRA LIMA (SRHQ) – Deixa eu ver se acho aqui.

O SR. SERGIO AYRIMORAES SOARES (ANA) – Quase que foi uma pré-estréia, não é? Em cinema, não tem isso? Não teve a estréia ainda, mas (...). Não tem (...). Vamos fazer uma sessão só de convidados, alguma coisa assim. Ou seja, nós íamos ter uma (...). Estava pronto já. Enfim, como é uma (...). Acabou que era um evento aí, que culminava até com uma mudança de Diretoria da ANA, ia ter uma presença muito grande do sistema, como um todo, foi feito um esforço de (...). Mas, assim, nem houve um lançamento formal, vai ser (...). Mas houve uma divulgação, de fato.

A SR^a CLAUDIA FERREIRA LIMA (SRHQ) – No site é publicado 15 de janeiro.

A SR^a. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) – Ok. Eu acho que é..., e está como publicado, não é? Não foi uma pré-estréia. Então tá. Então, guarda essa publicação aí, 15 de janeiro. Ganhamos aí, um mês e meio.

O SR. RICARDO LUIZ MANGABEIRA (CERHI/SP/RJ) – Sérgio (...). É Ricardo, Conselho Estadual de Recursos Hídricos de São Paulo. Considerando que os estados estão fazendo os seus relatórios de Conjuntura Estaduais, digamos assim. Existe a possibilidade desse projeto gráfico, ou termo de referência, desse documento, ser disponibilizado aos Estados, para acompanhar as idéias? Enfim, o formato, o projeto gráfico, do que foi desenvolvido aqui? Existe essa possibilidade?

(Falha no áudio).

O SR. SERGIO AYRIMORAES SOARES (ANA) – Bom, assim, formalmente, eu até desconheço, assim (...). Nós nem chegamos a ser procurados, assim, por nenhum estado, do ponto de vista da construção assim, de Conjunturas, no âmbito estadual, não é? Até porque, dentro da filosofia do relatório, não é? Ou seja, ele não tem só as informações (...). Ele tem as informações tanto da (...). Tem as informações dos Estados, como um todo, etc. Agora, do ponto de vista aí, formal da questão do projeto gráfico aí, eu acho que é algo que pode ser avaliado, não é? Existe aí, uma questão aí, assim, do ponto de vista da construção de uma parte desses infográficos, de direitos autorais, etc. Que aí, realmente, eu não conseguiria te dar uma resposta de bate e pronto. Mas, de qualquer forma, a filosofia do relatório, foi para que ele desse uma maior divulgação, etc. Então, não veria nenhum prejuízo de que esse tipo de identidade e etc., ela pudesse ser replicada. Na verdade, eu acho que é até positivo nesse aspecto. Agora, assim, a forma de fazer isso, não é? Então aí, eu acho que a gente precisaria ver.

O SR. RICARDO LUIZ MANGABEIRA (CERHI/SP/RJ) – Só deixando claro..., acho que minha pergunta não foi clara, o suficiente. Na verdade, eu queria (...). A curiosidade aqui é para saber se esse projeto gráfico, para esse trabalho, ele foi terceirizado, ou isso foi pensado dentro da ANA? Você tem essa informação?

O SR. SERGIO AYRIMORAES SOARES (ANA) – Não, ele contou com uma ajuda de um profissional de design, que foi contratado exclusivamente para desenvolver esse projeto. Agora, esse não é um projeto que se contrata, e recebe pronto, não é? Então, foi aquilo que eu falei antes, ou seja, ele teve, e exigiu uma interação, um trabalho, junto com a nossa equipe muito grande, desde a concepção, não é? Então, assim, eu tenho desde a concepção, da forma como serão organizados os capítulos, do jeito dos infográficos. Então, assim, cada infográfico desses, por exemplo, de abertura do capítulo, ele levou meses para ficar pronto, porque ele exigia toda uma concepção por trás, e que seria, por exemplo, replicada no interior, não é? Ou seja, depois eu pego a mesma linguagem, e vou usando essa linguagem para fazer os infográficos específicos, etc. Então, a forma como são tratados os gráficos (...). Então, assim (...). Mas teve uma licitação, não é? Em que nós fizemos justamente com esse objeto, aprimorar, não é? Fazer o desenvolvimento da proposta gráfica e visual, além da editoração, etc., do Conjuntura. Então, foi um processo, assim, que ao todo, ele durou praticamente um ano, desde a concepção. Então, praticamente, nós (...). O relatório 2016 e o 2017, eles tiveram a superposição muito grande, porque a gente nem tinha acabado o relatório, o informe 2016, mas nós já (...). Olha, nós precisamos fazer um 2017 diferente. Bom, para isso, nós vamos ter que começar muito antes. E aí, contratamos esse profissional, e começou todo um processo de interação com ele, para se chegar na forma, etc. E aí, diferente de um processo tradicional de editoração, de um relatório mais convencional, que geralmente você tem toda a minuta do relatório pronto. E você entrega para uma empresa de editoração, ou um profissional de editoração, geralmente esse é um processo tradicional mais clássico. E vem um relatório editorado, mas sem tanta inovação. Esse, o relatório, foi sendo (...) A parte de conteúdo, foi sendo construída junto, não é? Até porque, isso acaba envolvendo uma negociação também, não é? Com o profissional, e com a linguagem, não é? Ou seja, aquilo que eu falei, não tem uma tabela. Então, cada gráfico precisava (...). Olha a informação da tabela é essa. Ah não, mas não tem tabela. Dá para fazer um infográfico? Dá, mas como é que tem que ser esse infográfico. Para passar essa informação que eu preciso aqui da tabela? E aí, tem todo (...). Vem uma vez, fala assim, não, tudo bem, o senhor (...). Por exemplo, o infográfico, às vezes, ficava muito bonito, falei olha, é muito bonito, mas não está passando a informação principal, porque a informação principal era aquela, e aquela. Bom, mas aí também (...). Ele não é um profissional, é um profissional de *design*, não era um profissional da área de Recursos Hídricos. Então, foi um processo, realmente assim, bastante interativo, para que a gente conseguisse chegar. Mas assim, foi uma contratação, a gente tem os termos de referência, pode apresentar. Agora, assim, em termos assim, até de termos de referência, mas termos de referência, muito complexo, não é? Muito mais depois o processo interativo com o profissional, e que você

conseguir encontrar..., talvez o maior desafio disso aí, é realmente você conseguir encontrar (...). E a gente deu sorte nesse aspecto. Eu diria que tem um pouco do olhar dos portfólios, mas tem um pouco de sorte, não é? Você conseguir encontrar um profissional que dá liga, não é? Porque, às vezes, pode ser um *designer* brilhante, tem um belo projeto, mas na hora de apresentar (...). E você não gostar. E vai chegar num momento que é insolúvel, não é? Porque, até essas mudanças, e eu falo que era um processo de negociação mesmo. Porque a partir do momento em que você define um certo projeto gráfico, você diminui muito a margem de manobra de negociação, com o profissional. Não é porque você está contratando, que você chega e, não, muda agora, não quero esse amarelo, não quero esse gráfico assim, eu quero ele de cabeça para baixo. O cara fala, não mudo, não mudo porque tecnicamente não olha nem o TR. É porque ele é um profissional também, tecnicamente isso aqui tem que ser amarelo, e ele tem que ficar de ponta cabeça desse jeito. Ele é um profissional, não você, você só está dando as informações para que ele construa. Então, vira um processo que é muito rico, é muito interessante. Mas tem que dar liga, senão realmente, às vezes, você pode se frustrar com o resultado. Porque vai ter um projeto, e você não vai conseguindo botar sua identidade nele, mas é muito interessante.

A SR^a. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –
Sérgio? E a minha pergunta dos estados?

O SR. SERGIO AYRIMORAES SOARES (ANA) – Estados. Nós não temos, enfim (...). Talvez seja um dos poucos processos lá na ANA, que a gente não tem uma rede formalizada com os estados de (...). Vou dizer, até não tínhamos, porque até passamos a ter com o Pró-gestão, mas desde a origem, ele foi um processo quase que de adesão ao Conjuntura, não é? E de entrega voluntária das (...). Do fornecimento voluntário dos dados, não é? Nós fazíamos uma comunicação, continuamos fazendo, todo ano, para colocar alguns Dead Lines, de quando nós precisamos dessa informação. Uma orientação sobre o formato de como essa informação, preferencialmente, tem que chegar, se é uma informação de qualidade da água, ou se é uma informação sobre outorgas, se é uma informação sobre Planos, se é uma informação sobre fiscalização. E tem funcionado nesse formato, não é? Mais recentemente, com o Pró-gestão, esse fornecimento de dados ao Conjuntura, eu não sei se para todos os estados, mas para a maioria, eu acho que todos, não é? Ele passou a ser uma das metas do Pró-gestão, não é? Assim, até como um incentivo adicional, para que isso não tenha nenhuma falha, e isso não ocorra. Mas assim, ele na maioria das vezes, ele sempre ocorreu muito bem, de uma forma muito espontânea. E as fragilidades e omissões, que em alguns temas acabam acontecendo, elas se dão muito mais pela própria fragilidade do dado, ou do Estado, em lidar com aquele tema, do que propriamente por uma falha de comunicação. Ah, mas não tem este dado, por exemplo, de outorga não sei onde. Sim, porque não tem outorga lá, ou não está suficientemente organizada para conseguir encaminhar a informação. Então, ela é muito mais uma fragilidade, eu diria hoje assim, por ser um processo já longo, e tal, muito mais

da fragilidade do dado em si, do que de comunicação. Então, a comunicação tem sido boa, eu acho que está cada vez melhor. Não sei se você quer completar alguma coisa?

O SR. MARCOS (ANA) – Marcos, da ANA. Tanto que no Pró-gestão 2, agora os estados que já aderiram ao Pró-gestão 2, nós estamos passando a pedir mais informações dos estados concordaram em todos os pedidos, inclusive, alguns que não tínhamos fiscalização, por exemplo, passamos a pedir, então ampliamos um pouco as questões que foram solicitadas a partir de agora. Na questão do estado, que foi colocado, também no âmbito do próprio pró-gestão, nós estamos apoiando um projeto, Ferramentas de Gestão. Não sei se vocês conhecem. Alguns estados, que foram os primeiros que terminaram os primeiros ciclos do Pró-gestão, foram nove estados, estão desenvolvendo em parceria com o IPEA, com os recursos da ANA um projeto que se chama Ferramentas de Gestão. Esse projeto está selecionando bolsistas, mestres, a nível de mestrado, para atuarem nos órgãos estaduais gestores, e alguns estados tem projetos na linha de sistemas de informações. Especificamente um deles, que é o estado do Paraná, por meio das Águas Paranaís, está com o projeto (...). Nós auxiliamos a elaborar um termo de referência, para fazer um primeiro Conjuntura Estadual. Conjuntura, entre aspas, Estadual. Na verdade, o objetivo do profissional não é editar, não é elaborar um relatório, isso vai ficar por conta do órgão estadual. O objetivo do profissional é meio que organizar um pouco as informações, e montar uma primeira base de dados do estado, para vir a subsidiar, no futuro, uma elaboração de um relatório estadual.

A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) – Pessoal, eu acho que a gente já pode começar a fazer os nossos encaminhamentos, com relação a esse assunto. Nós temos que verificar se a gente tem algum questionamento ainda importante, para a gente poder pensar no parecer. E temos que fazer as contas das nossas datas, marcar uma agenda. E a minha sugestão, aliás, não foi minha, foi sugestão, inclusive, que surgiu da Claudia, da Fátima e da Adriana, de a gente criar um grupo, um pequeno grupo, para elaborar uma minuta. E aí depois a gente trabalhar essa minuta na Câmara Técnica, para fechar esse parecer. É uma sugestão de encaminhamento, não é? Então, uma das perguntas, é fazer aquela conta, a partir daquele 15 de janeiro. Quando é que dá cento e oitenta dias? 15 de julho. Então, a minha sugestão é que a gente procurasse, nós estamos no dia 23 de abril, até o dia 30 de maio, ter a minuta para a gente poder discutir. E aí, fechar numa reunião, numa próxima reunião. Claudia, já tem alguma sugestão de data para nossa próxima reunião?

A SRª CLAUDIA FERREIRA LIMA (SRHQ) – Esse ano as datas estão bem apertadas, temos a copa, tem a assembléia (...). É, infelizmente é um fato. Tem as Assembléias de Renovação do Conselho, e durante as assembléias não dá para ter reunião. Eu posso até pegar o calendário geral lá, com pessoal

1221 em cima, e daqui a pouco eu trago pra gente discutir. Não sei nem se a gente
1222 consegue fazer essa reunião. Mas será que a gente conseguiria..., se não
1223 conseguir fazer a reunião, fazer por videoconferência, será que a gente
1224 consegue?

1225

1226

1227 **A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Acho
1228 que é uma boa.

1229

1230

1231 **A SRª CLAUDIA FERREIRA LIMA (SRHQ) –** Eu acho que dá para fazer por
1232 videoconferência. A gente tem que pensar bem nisso. Que tem a reunião do
1233 Conselho, e essas Assembléias. Tem que ver se as pessoas concordam.
1234 Porque tem uma Resolução do Conselho, que tem cento e oitenta dias para a
1235 Câmara se posicionar. E a gente colocou uma data do dia 15 de janeiro, que dá
1236 até dia..., que vocês fizeram a conta. 15 de julho. Então a gente teria que
1237 pensar aqui, como o *modus operandi*.

1238

1239

1240 **O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) –** Eu
1241 acho que a gente (...). Qual é a data da próxima reunião?

1242

1243

1244 **A SRª CLAUDIA FERREIRA LIMA (SRHQ) –** Não tem, não temos data
1245 marcada. Isso que a gente está falando, que tem as Assembléias, que até
1246 vocês vão estar participando para a renovação do Conselho.

1247

1248

1249 **O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) –** Eu
1250 não sei se vou estar aqui na próxima, não é?

1251

1252

1253 **A SRª CLAUDIA FERREIRA LIMA (SRHQ) –** Não, mas você vai estar
1254 participando das Assembléias..., junho está apertado para marcar uma data.

1255

1256

1257 **O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) –** Vai
1258 ser ruim. Até o dia da carta dos votos.

1259

1260

1261 **A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –**
1262 Claudia, é o seguinte. Nós temos uma apresentação de sugestão, que vai ser
1263 apresentada, a Adriana que vai trazer, de um seminário...Pessoal, é o
1264 seguinte. Um dos assuntos que a Adriana iria trazer hoje, não é? É a proposta
1265 de..., em função das nossas atividades para o Plano Nacional, não é? De
1266 acompanhamento, que está sobre a responsabilidade da SRHU, de realizar um
1267 seminário para aquela questão das áreas prioritárias. Esse seminário, ele está
1268 evoluindo na sua concepção, não é? A proposta é fazer junto com o apoio da
1269 nossa Câmara. Não, a questão das áreas prioritárias. E aí, isso está evoluindo

em função até discussão das prioridades, de trabalhar isso, em conjunto também, porque isso implica também nas prioridades de outorgas, então... Ok. Então, a ideia é realizar um seminário. E uma das propostas iniciais de data, não sei se vão ficar, nós estávamos pensando lá para o dia 4 e 5 de junho. Então, talvez, fosse possível realizar uma reunião da Câmara Técnica, no dia 6 de junho. Aí, isto estaria dentro do nosso cronograma. Mas isso a gente poderia fechar isso aí amanhã, com Adriana, não é, quando ela colocar todo o projeto que já está em construção, quer dizer, a ideia é que a gente construa junto aqui na Câmara Técnica esse seminário. Então, ela vai trazer a primeira proposta, alguma parte inicial, para que a gente possa dar início a esse processo de projetar esse seminário. Então, já tem uma série de propostas, não está 100% construído, mas a ideia é essa. Não sei se vai ser possível fazer em junho, talvez fique para o segundo semestre, não é? Mas isso a gente iria discutir amanhã. Então, essa é uma possibilidade, que eu acho que nós vamos ter que fechar esse cronograma amanhã. Se a gente deixasse para fechar esse cronograma amanhã, junto com a presença, também da Adriana, aí a gente só define já o grupo que vai trabalhar nessa minuta de parecer. E, aí, fica aberto a todos, encaminharem para o grupo que vai sistematizar as observações, não é? E as contribuições que tenha a dar, com relação ao relatório. E aí, aceito candidatos ao grupo.

O SR. ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR (CERHI/MG/ES) – Antônio, Conselho Estadual do Espírito Santo. É só para entender um pouco, assim, a nossa função da Câmara Técnica, aqueles membros que tenham o conhecimento do histórico. Pela fala e apresentação da ANA, a gente está em mudança de formato, não é? Existe uma evolução dentro de um trabalho, que anualmente é apresentado. E aí eu queria saber se essa métrica de avaliação, por essa Câmara Técnica, já está disposta nesta Resolução citada, ou se a gente (...). Qual o caminho? Se existe um roteiro metodológico a partir desse grupo, a pergunta se dá porque, talvez, uma videoconferência não seja o bastante, assim, para a gente dar andamento a isso.

A SR^a. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) – Ok. Foi bom esse teu questionamento. Na verdade, o que acontece? Nós temos um parecer lá de 2016, que foi feito bastante detalhado, não é? E fez uma série de recomendações. E eu queria agradecer o Sérgio, porque o Sérgio já adiantou uma parte assim da..., facilitou um pouco, não é? O trabalho, conversando com ele. Porque, obviamente, nós vamos ter que rebater. Existe um parecer de 2016, não é? Que tem uma série de recomendações. E essas recomendações para serem observadas na formulação desse novo Conjuntura. Então, esse parecer... É. Exatamente, tem que levantar. Já existe..., o Sérgio encaminhou uma planilha inicial, e que a gente pode partir dela para facilitar esse trabalho, não é? O parecer, o parecer..., eu acho que..., eu não sei se nós caminhamos juntos, Claudia, mas a gente pode recuperar, e encaminhar para todos os membros da Câmara Técnica. É o parecer... Ta, e a planilha. É o Parecer Técnico Nº 2, de 2016 - CTPNRH, CNRH e MMA. Então, é o Parecer Técnico Nº 2, de 2016. Que ele é bem extenso, mas é um ponto de partida

para a gente para fazer o acompanhamento, não é? E, obviamente, qual é o objetivo do..., daquele parecer, nós podemos nos guiar o seguinte, que tipo de informação, não é? Nós poderíamos identificar, que seria interessante, sob o ponto de vista, de ter nesse relatório, e que ainda não tenha, não é? E que pode ser importante, que seja pensado para as próximas versões, que possam ser úteis para o planejamento, não é? E gestão, não é? Não só planejamento, mas a gestão como um todo, não é?

A SR^a CLAUDIA FERREIRA LIMA (SRHQ) – Também tem o caminho do que precisa, o conteúdo mínimo, não é?

A SR^a. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) – Isso, isso. Na verdade, esse conteúdo mínimo, ele é resultado do parecer, não é? É

O SR. SERGIO AYRIMORAES SOARES (ANA) – Deixa eu só fazer um comentário aqui sobre o histórico, também. Então, se optou nesse conteúdo mínimo também, enfim, até por ser..., na época que a Câmara Técnica se debruçou, até sobre essa Resolução, nós já tínhamos, praticamente aí, fazendo uma conta aí, sete ou oito edições do Conjuntura já feitas, não é? Quando a Câmara, assim, nós tivemos fôlego, inclusive, finalmente para conseguir formalizar uma estrutura que, na prática, já vinha, não é? Já estava sendo executada, não é? Então, o que se discutiu, à época, é de que, bom, o conteúdo, ele seria..., o conteúdo mínimo, não é? Até não fugindo à regra de conteúdos mínimos. Ele seria mais geral, ou seja, ele percorreria os grandes temas que o Conjuntura tem que se debruçar, não é? Então, basicamente, essas duas vertentes que eu apresentei, não é? Tanto a questão, um pouco do estado, não é? Ou seja, quantidade e qualidade da água, como ela está sendo usada. E também essa parte da gestão, como é que ela..., então, esse é basicamente o grande conteúdo mínimo do Conjuntura. E a Câmara, como ela fica acaba fazendo uma análise de um documento já publicado, não é? Ou seja, que ela se debruçasse, e emitisse um parecer, não é? Primeiro, claro, pela observância do conteúdo mínimo, mas muito mais no sentido também de... Bom, quais são as suas recomendações, ou, olha, esse formato, vamos supor, esse formato foi bem aceito pela Câmara Técnica, olha vamos seguir nessa linha. Ou, vamos supor, que não, nós apresentamos uma proposta, ele foi editorado assim. E vamos imaginar, no exercício, que a Câmara Técnica tivesse tido uma reação contrária, falou assim, olha, não, esse caminho não é o caminho que tinha que ser seguido. Então, o parecer é a oportunidade que a Câmara tem de informar ao Conselho, e de ir dando sua contribuição aos rumos do relatório, não é? Então, assim, só para recuperar um pouquinho até, do que foi o espírito, não é? Enfim, como ele exige aí essa construção que é mais demorada, e mais complexa. Então, e que ela pudesse ir dando esse..., ou o aval, no que couber, ou dizendo, olha, não, tudo bem, eu acho que pode melhorar por aqui, ou, eu senti falta de tal tema, ou tal tema, mesmo com os *links*, deve ser mais aprofundado, etc. Então aí, é um pouco de ir dando esse olhar para a construção do documento.

1368
1369
1370 **A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP)** – É, na
1371 verdade, é um processo de amadurecimento, não é? Quer dizer, a ideia é
1372 sempre amadurecer o processo dessa informação, e aprimorar, verificar, não
1373 no sentido de achar ruim, ou coisa assim, mas eu acho que é no sentido de
1374 contribuir mesmo. Eu acho que é um processo construtivo, é um processo de
1375 aprendizagem, não é? A cada edição se aprende muito, não é? E, se observa,
1376 ah, mas poderia ter tido tal coisa, enfim, etc., então, quem sabe, na próxima.
1377 Então, essas recomendações são muitas nesse sentido, de tornar esse
1378 documento, realmente, um documento de diagnóstico, não é? Do país. É o
1379 retrato do país, tanto nas condições da água, mas também na condição de
1380 gestão, não é? Para ser um documento útil, inclusive, de embasamento para os
1381 próximos Planos, não é? Para poder ser útil para o planejamento, e para a
1382 própria solução de gestão, não é? As contribuições.

1383
1384
1385 **O SR. SERGIO AYRIMORAES SOARES (ANA)** – Jussara, mas mesmo assim,
1386 eu..., só pegando um pouquinho da perspectiva, eu acho que mesmo o achar
1387 ruim, faz parte, eventualmente, assim..., porque assim, a cautela que a gente
1388 tem que ter também, nesse processo, é que assim, ele é um relatório periódico,
1389 que a ANA tem a atribuição de apresentar ao Conselho. E, assim, desde
1390 sempre, ou seja, tem feito com o maior empenho possível, tentando trazer
1391 todos esses aprimoramentos que a gente está discutindo. Não
1392 necessariamente, será sempre assim, ou seja, a Câmara Técnica é a guardiã
1393 desse processo, ou seja, e se em algum momento, nessa trajetória, a ANA
1394 deixar de ter este empenho na construção do relatório e, por exemplo,
1395 apresentar ao Conselho, um relatório, para cumprir tabela..., assim, ah, cadê o
1396 Conjuntura de 2000..., ah não, já entreguei, está ali, é aquele ali. E aí você
1397 fala, opa, não deveria ter sido aquilo ali, nós queremos um relatório com tais e
1398 tais e tais características, não é, então, ela serve um pouco como esse, não é?
1399 Até para que evite que em algum momento aí, da história, não é? Ou seja, se
1400 ele deixar a desejar, em algum momento, etc., vai caber ao Conselho, e à
1401 Câmara Técnica é o olhar técnico do Conselho, dizer, opa, esse relatório aqui
1402 nós não reconhecemos, não é? Se ele tinha uma série histórica aqui, que
1403 estava trazendo aí, e oferecendo aí, resultados e aprimoramentos, em algum
1404 momento ela deixar de fazer isso, quem vai..., não vão ser os autores do
1405 trabalho que vão acusar o golpe, entendeu? Quem vai ter que acusar vai ser a
1406 Câmara Técnica, vai dizer olha, não, esse aí não valeu, não consideramos por
1407 isso, por isso, por isso, não é? A gente espera que isso não..., não tenha essa
1408 necessidade da Câmara Técnica, mas enfim, esse é o..., vamos brigar
1409 internamente para que nunca tenha, mas a gente tem que ter todas as armas,
1410 não é? Enfim, porque a gente não também não, não podemos reescrever a
1411 história, mas também não controlamos o futuro, não é? A gente tenta, espera
1412 contribuir, mas, enfim, eu acho que é um pouco desse cuidado.

1413
1414
1415 **A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP)** –
1416 Sérgio, eu espero que essa sua previsão aí não ocorra. É verdade, é verdade.

Gente, voluntários para formar esse pequeno grupo, para ajudar a elaborar o parecer. Vamos lá, nossos voluntários para ajudar nesse processo de sistematização.

O SR. SERGIO AYRIMORAES SOARES (ANA) – A gente participou do de 2016?

A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) – Participou sim, intensamente.

O SR. SERGIO AYRIMORAES SOARES (ANA) – Então, a gente participa. A gente já fez uma certa primeira minuta... pode, enfim, contribuir. Não tem problema.

A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) – Renato?

O SR. RENATO JUNIO CONSTÂNCIO (ABRAGE) – Ok. Renato, da ABRAGE.

O SR. SERGIO AYRIMORAES SOARES (ANA) – Mas eu não conhecia o calendário não. Ficou muito bonitinho. Eu gostei.

A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) – Por videoconferência, pode ser? Pode ser? Então, Claudia, você está anotando? Você também Antônio?

O SR. ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR (CERHI/MG/ES) – Eu estou aqui assumindo uma condição interina, mas quero deixar o compromisso do Conselho Estadual do Espírito Santo. Da cadeira. A gente conversa com Minas Gerais, enfim... Do interesse.

A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) – Tá. Então, vamos lá. Ok. Eu acho que o Ricardo também, o Ricardo também... Já está bom, está de bom tamanho já. Aí as questões de datas, a gente deixa para amanhã, porque aí a gente vê a agenda geral da..., mas, de qualquer sorte, eu acho que a gente já pode colocar para todos os membros da Câmara, um prazo para encaminhamento de observações, não é? Para o GT, porque o GT vai sistematizar. Mas eu acho que todos da Câmara Técnica podem encaminhar suas impressões sobre o relatório Ok? 15 de maio, fica pouco tempo, para a gente ter, até o dia 30 de maio, uma sistematização? Ou a gente

coloca início de maio para receber as contribuições? O que vocês acham? Dá tempo? Então tá. Ótimo. A gente tem vinte dias aí, não é? Mais ou menos? Até o dia 15 de maio para todos encaminharem ao GT, as suas impressões sobre o relatório. Dá um tempo bom de fazer leitura, observação, etc. Ok?

O SR. BRUNO JARDIM (CERHI/PB/BA) – Só uma pergunta. Já que vai ser desenvolvido por videoconferência, tá? Tem um grupo, não é? Mas, assim, talvez todos os membros pudessem receber a informação de que dia vai ser a videoconferência, não é? Porque assim, aqueles que puderem, não de forma permanente, mas uma ou outra reunião, que possam estar presentes, e colaborassem. Isso seria interessante também, não é?

A SR^a. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) – Ok. Encaminhar sempre a mensagem da videoconferência de todos os membros da Câmara. Isso. Ok.

O SR. BRUNO JARDIM (CERHI/PB/BA) – Aproveitar. Então, já que está aquele silêncio. Parabenizar, viu, Sérgio? Bruno, da Bahia. E, assim, a gente..., vinte anos é muito pouco tempo, não é? Pouco tempo para a gente já sentir que está tudo consolidado, não é? Está exatamente na fase de construção. Então, eu não sei, eu não estava no início. Mas se no início, a ideia era ter um documento que apresentasse todos os dados, a gente tem um sistema de informações, está evoluindo, e que contém esses dados, não é? É interessante que esse documento possa ser uma coisa cada vez mais reflexiva, não é? E a gente possa estar percebendo alguns aspectos são fundamentais no processo como tem evoluído. Então, assim, não só destacar os resultados que a gente tem conseguido, mas principalmente, acho que esse item último, os desafios, que a gente precisa estar provocando uma gestão onde você tem a participação da sociedade, que é um processo difícil, o quanto é importante a gente mostrar a evolução, e as dificuldades que a gente está encontrando. Mas assim, o compromisso com isso, isso é muito interessante a gente ver. E, assim, eu enxergo que a gente, no início, tinha uma preocupação muito quantitativa de Recursos Hídricos. E depois a qualidade, se verificou que ela é fundamental, porque disponibilidade não é só quantidade, não é? Mas, cada dia que passa, outros elementos vão sendo percebidos como necessários na gestão, não é? E aí, exatamente nessa linha de progressão, de incorporação, e de diálogo com outros setores. Porque a gente tem um problema que nós não vamos conseguir resolver quando aquilo extrapola a competência do setor. Mas a gente tem uma atuação limitada através da aplicação dos instrumentos, através daquilo que compete ao sistema. Mas existem outras coisas que ficam em torno, e que são provocadores da desorganização do processo, não é? Então, assim, essa necessidade cada vez mais da gente identificar diálogos que são necessários, integrações que são fundamentais, é uma coisa muito importante para que a gente possa fazer uma reflexão junto com a sociedade, do seu papel no processo, também isso é muito interessante. Então, assim acho que, sem ter tido uma grande leitura aqui do trabalho, mas assim, o ato

da gente estar inovando, buscando melhorias é sempre interessante, tá? E acho que deve ser sempre perseguido, porque se a ideia básica era ter um monte de dados... Podemos dar aqui o endereço desses dados, quem quiser vai lá, não é? O que nós temos que ter aqui são as reflexões e algumas coisas fundamentais.

A SR^a. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) – Ok. Então, podemos passar para o próximo ponto de pauta? O próximo item de pauta depende da Adriana, não é? Podemos ir trabalhando no Conjuntura, quem sabe apresentando a... Eu tenho a planilha aqui. Ela ia apresentar..., ia fazer um relato da situação atual. É melhor. Eu acho que não... A sugestão? Porque foi inesperado. Ela precisou ir, sabe? Estava tudo certo para ela vir hoje, abrir a reunião, trabalhar aqui, mas realmente ela piorou, ela se sentiu muito ruim, e foi direto para o doutor. Estava horrível olho dela, sábado, e hoje estava pior. São três itens, é Plano Nacional, o Plano da Margem Direita, e as metas do Plano.

O SR. SERGIO AYRIMORAES SOARES (ANA) – Bom, sobre o 6, não é? Sobre as questões do Plano Nacional, então acho que cabe a gente esperar algum representante da secretaria, a Adriana, ou enfim, quem for designado, para que a gente tome pé aí de quais são as propostas relacionadas aí ao Plano Nacional. Com relação à Margem Direita, também aí um relato bem breve, por parte da ANA, não é? Enfim, pegando um pouco do que o João estava colocando. De fato, desde que nós (...). Enfim, falar rapidamente do histórico, mas acredito que vários de vocês participaram dele. Então teve um Plano aprovado pelo Conselho, se não me engano em 2011, ou 12.

A SR^a CLAUDIA FERREIRA LIMA (SRHQ) – Vai ter no Conjuntura.

O SR. SERGIO AYRIMORAES SOARES (ANA) – É, vai ter no Conjuntura, é um bom momento para a gente testar se..., eu mostrei aquela parte, dos Planos não, é, até naquela Linha do Tempo das Bacias, página 112, eu vou conferir aqui, espera aí. Vamos lá. Página 112. É, porque a gente viu agora, não é? Aprovação do Plano, em 2010. E, desde aquela época então, existia aí uma expectativa de que fosse constituído, isso que é o ponto aí da reunião, fosse constituído um grupo de um colegiado de acompanhamento do Plano. Não era ainda nos moldes do Paraguai porque..., nem existia Resolução, à época, que amparava essa construção, não é, a própria Resolução, ela é de 2012, não é, que é fácil gravar também, não tenho nenhuma memória privilegiada, mas é porque a Resolução é de 12/12/2012, e aí ficou mais fácil gravar, que é a 145, não é? Então, ela prevê assim, que um Plano, numa Bacia, deliberado pelo Conselho, que não tenha Comitê, que, de fato, o próprio Conselho, se deliberar pela elaboração do Plano, que ele proponha um Grupo de Acompanhamento, nos moldes de um Comitê, para fazer o acompanhamento dessa elaboração. Mas, enfim, o Plano da Margem Direita, ele é anterior a essa Resolução do Conselho, então ele previa no seu conteúdo

um colegiado, que nunca foi implementado. Passados aí sete anos dessa aprovação, nós fizemos essa discussão aqui na Câmara Técnica, no sentido de que precisávamos deliberar sobre o tema, mas que passado esse tempo, nós precisávamos, inclusive, revisitar a própria questão da pertinência, ou não, do colegiado, no formato que ele estava previsto. Que um colegiado, e que uma instância, para acompanhar esse processo, isso estava evidente de que era preciso, mas precisávamos, de fato, fazer uma..., remobilizar os atores na Bacia, e fazer uma discussão, não é? E que remetiam à própria discussão, que também estava em pauta, por diferentes iniciativas, seja legado, seja discussão, aqui dentro do próprio Conselho, de qual que é esse modelo de gestão para, principalmente, a Região Norte, como um todo. Fizemos, conforme combinado, aqui na Câmara Técnica, uma primeira oficina, numa tentativa, não de resolver o problema, eu acho que ela nunca teve essa pretensão, não é? Enfim, é uma questão complexa aí. Mas de dar o ponto de partida para essa discussão, não é? Foi feita a oficina, enfim, com prós e contras, não é? Enfim, talvez tenha deixado um pouquinho a desejar aí, do ponto de vista da mobilização. Não foi no local que desejávamos, a gente tinha uma intenção de partida, de já fazer essa primeira reunião na Bacia, não é? Mas aí, por questões, à época, administrativas, de contratos, etc., nós não tínhamos a capacidade e logística de fazer essa reunião fora, então ela acabou sendo realizada aqui em Brasília, não é? E é uma discussão que, assim, ainda não está..., sua continuidade, ainda não está..., ela coincidiu com essa discussão dos modelos de gestão, das possibilidades de Comitês que não sejam feitos, não obedeçam, necessariamente, a lógica da Bacia, e sim obedeçam talvez aí, para a região, uma configuração que tenha mais relacionada aí à questão dos conflitos, não é? A própria discussão se cabe esse modelo Margem Direita, ou se não se devem atacar aí, colegiados menores, e Sub-Bacias, etc., que na região façam mais sentido, e lidem diretamente com os conflitos. Então, enfim, nós temos aí, do ponto de vista da ANA, a gente tem uma equipe, uma área, enfim, dedicada a esse tema, mas que ainda não formulou, ou seja, vem acompanhando essa discussão também no âmbito do Conselho. Se não me engano, essa discussão, particularmente dos Comitês, eu acho que ela foi remetida até, num primeiro momento, para a própria CTIL, que deve encaminhar isso para alguma Câmara Técnica, aí eu realmente não..., eu precisaria de alguém aqui do dia a dia do Conselho, que me desse mais detalhes. Mas assim, o fato é que, é uma questão que, do ponto de vista, de responsáveis pelo planejamento, não é? Vamos colocar assim, nos preocupa, realmente, a gente está aí com uma falta de governança muito grande, não é? O que inviabiliza qualquer perspectiva de discussão e de materialização aí do Plano na Bacia, ou seja, a gente não tem essa governança. Mas, ao mesmo tempo, não temos aí também, do ponto de vista de Agência, nem discutido com o Conselho, os próximos passos a seguir, não é, como o próprio João colocou, eu acho que em alguns momentos, estamos sendo, inclusive, atropelados pela própria dinâmica da região, que vem discutindo por conta própria, os seus Comitês, o que eu acho aí, bastante positivo, não é? Ou seja, acho que essa mobilização na Bacia e, infelizmente, aí nesse caso, o acirramento dos conflitos vão, necessariamente, agilizar essa proposta aí de próximos passos que tem que acontecer, não é? Então, é o pé que estamos. Assim, realmente, do ponto de vista da Agência, ainda não

formatamos uma proposta a ser apresentada aqui na Câmara Técnica, como resultado dessa oficina, por um lado, mas por outro lado, essa discussão de um novo formato para Comitês, etc., ela vem sendo discutida por essa mesma equipe, ela já se encontra aí, já foi apresentada formalmente ao Conselho. E eu imagino que, juntando aí os dois temas, a gente vai ter que sair com uma resposta mais objetiva, não é, enfim, o ponto a que chegamos é que sem esse caminho aí, no Conselho, dessa possibilidade de novas configurações aos Comitês, nós não temos ainda uma proposta específica para essa questão da Margem Direita. Então esse é o estágio onde estamos.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – Seu Sérgio, eu lamento muito a sua resposta. Eu acho que ela é incompatível com o grau de expectativa que as comunidades e os setores sociais, até o usuário, o setor de usuário. Inclusive, a questão da Bacia, as Bacias que formam a Margem Direita do Amazonas, ela resgata, e enfatiza um problema que já está acontecendo, que é a ausência de regulamentação dos usos para hidronavegação. A hidronavegação, historicamente, nunca pede outorga, não tem outorga, e já temos conflitos lá no Tietê. E agora nós temos um ambiente um pouco delicado, surgindo nesse ambiente dos usuários, que não é o ambiente que eu atuo, mas estou identificando que a gente vai ter problema. Então, eu penso que a sua agenda colocada, ela está subalternas a uma certa, vamos dizer assim, discricionariedade negativa. Quer dizer, o estado não pode fazer, então não faz, e pronto, não tem..., eu acho que caberia à Diretoria da ANA, na sua competência, alguém chegar neles lá, e sensibilizá-los para atentar para esse problema. Porque para nós que estamos aqui em Brasília é muito simples, mas lá pode até morrer gente por causa dessas coisas. Aí eu penso que é um pouco infeliz, essa sua resposta, porque eu sempre estou sendo informado de problemas que poderiam ter sido evitados se a gente tivesse, pelo menos, criado aquele ambiente de negociação, de convivência, não é? Eu não posso fazer, reunir um povo, discutir uma coisa, e depois deixar para lá. Eu penso que é preciso chegar na Diretoria da ANA, uma sensibilidade. Eu penso que é equivocado subalternizar essa questão à agenda, que está em discussão na CTIL, que não sabemos quanto tempo isso vai passar na CTIL, que vai para o plenário, isso pode demorar um ano. E a gente já tem marco regulatório. É fraco? Talvez seja insuficiente para a realidade, é. Mas eu penso que a própria experiência do Amazonas, ela pode ajudar, inclusive, a essa redefinição de cenários ideais, para uma regulamentação de Comitê. A própria experiência de convivência com isso, eu concordo, por exemplo, a posição da ANA, de ter um olhar diferente sobre aquela região, por exemplo, a região do Xingu, e do Santo Antônio, ela merecia um olhar sobre seu ponto de vista de bioma, sabe assim? Não de uso só, para dividir o Comitê, através de usos da água, não, tem uma questão de bioma, também. Então, é só... Olhares diferentes que surgem, propostas novas que possam surgir aí. Agora, deixar esperar que a tecnocracia de Brasília, ao seu bel prazer, de acordo com suas condições, decida isso, e o conflito vai se agravando, envolvendo vidas de pessoas. Quem está mais, assim, preparado para isso são os índios, paradoxalmente. Agora, fora os índios, o pau come, a coisa não tem (...). Os índios são mais organizados, em termos de contratos

entre eles, para enfrentar o problema. Agora, os outros segmentos, não, falta o estado entrar, e fazer um apoio para dar regulamentação à coisa. Eu penso que você deveria levar ao conhecimento da Direção da ANA. Assim, não é da Câmara essa posição, é uma posição nossa. A nossa preocupação de que isso seja um assunto que, na próxima vez que a gente tiver alguma reunião com um diretor da ANA, enquanto ONGs, a gente tem várias pautas, a gente vai tratar desse assunto. Para você não achar que a gente está passando por cima de estruturas internas lá, nós não podemos deixar que a ANA fique, assim, com essa argumentação, esperando a presidente, ou seja lá quem for, entrar para aprender ainda, saber do sistema, para depois ter uma posição, então é muito ruim isso. Obrigado pela informação.

A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) – Bom, eu não estava na oficina. Mas ela já foi apresentada, não foi? O resultado da oficina, não é? Já foi trabalhado.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – Não...

A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) – Sistematização não, não é? Exato. A gente tem que ouvir lá amanhã. Ok. Pessoal, então eu acho que tendo em vista que tivemos essa dificuldade com a Adriana hoje, a gente poderia, não sei, acho que não vale nem a pena entrar..., porque depende dela, do que ela vai trazer para nós. A gente podia encerrar hoje, e voltar amanhã? Não é?

A SRª CLAUDIA FERREIRA LIMA (SRHQ) – Amanhã trago as datas todas.

A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) – Traz as datas todas para a gente já poder montar.

A SRª CLAUDIA FERREIRA LIMA (SRHQ) – Das Câmaras Técnicas e Assembléias.

A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) – Isso. Eu acho que vai ter que ser. Encerramos então. E amanhã, às 09h00, não é? Ok. Até mais então pessoal.